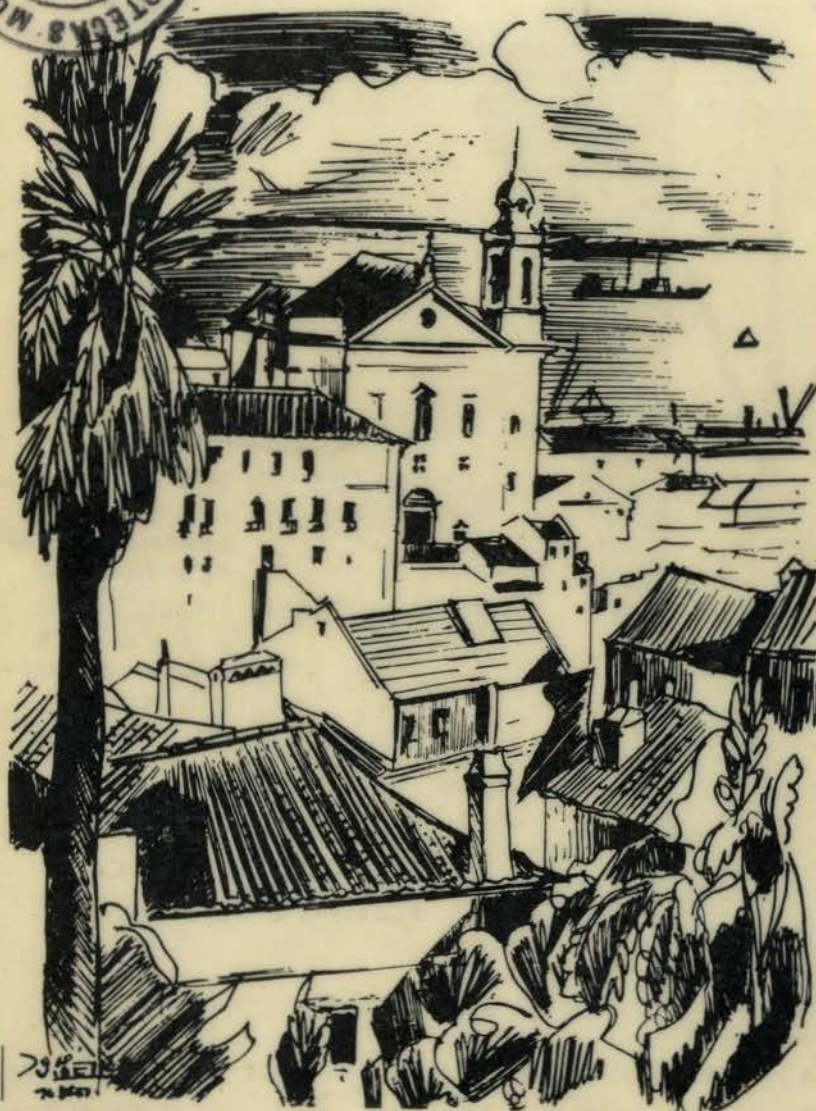


OLISIPO

Boletim Trimestral do Grupo
"AMIGOS DE LISBOA"



Abril/1963
Ano XXVI
N.º 102





S.G.

SOCIEDADE GERAL

**DE
COMÉRCIO,
INDÚSTRIA
E
TRANSPORTES**

CARREIRAS REGULARES

**DIAS 10, 15 e 25 DE CADA MÊS
METRÓPOLE • CABO VERDE
E GUINÉ**

MENSAIS

**METRÓPOLE • S. TOMÉ E PRÍNCIPE
E A N G O L A**


DE 21 EM 21 DIAS

**NORTE DA EUROPA • LISBOA, MATADI
E A N G O L A**

SEMANAIS

ANVERS • PORTUGAL

**TRAMPING — TRANSITOS
SERVIÇO DE REBOQUES
FLUVIAIS E DE ALTO MAR**



**LISBOA • RUA DOS DOURADORES, 11 • TELEF. 37 0151 (8 LINHAS)
PORTO • R. DO BULHÃO, 192-2.º • TELEF. 26555 • TELEG. GERAL PORTO**

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Silvio Guimarães

Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

ORGANISMO

CORPORATIVO

Criado pelo Decreto-Lei número 2 606, de 23 de Novembro de 1935,

ao qual compete fomentar a Indústria da Pesca do Bacalhau

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM

LUABO e MARROMEU

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

Beba

Sagres

A cerveja Portuguesa
de
classe internacional

RESTAURANTE



LISBOA

ONDE ENCONTRARÁ

COZINHA PORTUGUESA, DANÇAS TÍPICAS,
FADO E CANÇÕES REGIONAIS

RESTAURANTE DE LUXO

RESTAURANTE FOLCLORE

R. NOVA DA TRINDADE, 22 - A - TEL. 32 4005 - 35007

Câmara Municipal de Lisboa

Direcção dos Serviços Centrais e Culturais

Secção de
PROPAGANDA E TURISMO

Publicações Turísticas

ALBUNS DE POSTAIS COLORIDOS

Lisboa Moderna	Castelo de S. Jorge
Jardins de Lisboa	Cais e Rio
Lisboa Pitoresca	Museus de Lisboa
Estufa Fria	Parque Florestal de Monsanto
Miradoiros de Lisboa	Preço 12\$50

MONOGRAFIAS DE ARTE E TURISMO

Arcos de Lisboa, por <i>Matos Sequeira</i>	Museus de Lisboa, por <i>Fernando Castel-Branco</i>
Igrejas e Mosteiros de Lisboa, por <i>Matos Sequeira</i>	Janelas de Lisboa, por <i>Ferreira de Andrade</i>
O Castelo de S. Jorge, por <i>Costa Garcez</i>	Chafarizes de Lisboa, por <i>Luis Chaves</i>
Esculturas de Lisboa, por <i>Fernando Castel-Branco</i>	Preço 7\$50

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Lisboa, de <i>Luis Teixeira</i>	Preço 15\$00
Lisboa - Roteiro Turístico, com circunstanciadas plan-tas da cidade e dos arredores com interesse turístico	Preço 12\$50

Oferta

27. JUL. 1963

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXVI

ABRIL DE 1963

NÚMERO 102

Director, o Presidente da Junta Directiva

FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

SUMÁRIO

Pág.

CORONEL PEREIRA COELHO	65
BOCAS DE FOGO HISTÓRICAS NO MUSEU MILITAR pelo <i>General Pereira do Vale</i>	67
UMA RELÍQUIA SETECENTISTA EM VIA DE DESAPARECER pelo <i>Brigadeiro Dr. Meyrelles do Souto</i>	78
CURIOSO ASPECTO DE LISBOA NOS COMEÇOS DO SÉCULO XIX ...	94
ALFAMA por <i>Teodoro Lopes Ramos</i>	97
O CRUZEIRO DE SANTO ESTÊVÃO por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	99
LISBOA - 1858 por <i>J. Caria Mendes</i>	102
ALVARÁ E ESTATUTOS DUMA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS, talvez a primeira que existiu em Lisboa, 1845 por <i>Gilberto Monteiro</i>	107
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA RELATIVO AO ANO DE 1962 ...	111
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1962	119
FELICITAÇÕES E OFERTAS — CORPOS GERENTES — «OCIDENTE»	121
ACTIVIDADE CULTURAL	122
FEIRA DA LADRA	125
SÓCIOS ENTRADOS DESDE O PRINCÍPIO DE 1963	128
CAPA: Perspectiva de Alfama, por <i>José A. Videira</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



OLISEIRO

Município de Lisboa

1920 27/11

Diário e Presidente da Junta Distrital
FERNANDO FERREIRA SIMÕES
Largo e Profissão de Geom. - Largo de Lisboa
Redacção e Administração: Largo Lisboa Centro, 2.º - Tel. 22 27 11
Deposito legal: 12482 - 1.ª Edição: 1920 - 1.ª Edição: 1920

SUMÁRIO

Comunicação do Conselho Municipal de Lisboa
Lição de 1.º de Novembro de 1920
Lição de 8 de Novembro de 1920
Lição de 15 de Novembro de 1920
Lição de 22 de Novembro de 1920
Lição de 29 de Novembro de 1920
Lição de 6 de Dezembro de 1920
Lição de 13 de Dezembro de 1920
Lição de 20 de Dezembro de 1920
Lição de 27 de Dezembro de 1920
Lição de 3 de Janeiro de 1921
Lição de 10 de Janeiro de 1921
Lição de 17 de Janeiro de 1921
Lição de 24 de Janeiro de 1921
Lição de 31 de Janeiro de 1921
Lição de 7 de Fevereiro de 1921
Lição de 14 de Fevereiro de 1921
Lição de 21 de Fevereiro de 1921
Lição de 28 de Fevereiro de 1921
Lição de 6 de Março de 1921
Lição de 13 de Março de 1921
Lição de 20 de Março de 1921
Lição de 27 de Março de 1921
Lição de 3 de Abril de 1921
Lição de 10 de Abril de 1921
Lição de 17 de Abril de 1921
Lição de 24 de Abril de 1921
Lição de 1 de Maio de 1921
Lição de 8 de Maio de 1921
Lição de 15 de Maio de 1921
Lição de 22 de Maio de 1921
Lição de 29 de Maio de 1921
Lição de 5 de Junho de 1921
Lição de 12 de Junho de 1921
Lição de 19 de Junho de 1921
Lição de 26 de Junho de 1921
Lição de 3 de Julho de 1921
Lição de 10 de Julho de 1921
Lição de 17 de Julho de 1921
Lição de 24 de Julho de 1921
Lição de 31 de Julho de 1921
Lição de 7 de Agosto de 1921
Lição de 14 de Agosto de 1921
Lição de 21 de Agosto de 1921
Lição de 28 de Agosto de 1921
Lição de 4 de Setembro de 1921
Lição de 11 de Setembro de 1921
Lição de 18 de Setembro de 1921
Lição de 25 de Setembro de 1921
Lição de 2 de Outubro de 1921
Lição de 9 de Outubro de 1921
Lição de 16 de Outubro de 1921
Lição de 23 de Outubro de 1921
Lição de 30 de Outubro de 1921
Lição de 6 de Novembro de 1921
Lição de 13 de Novembro de 1921
Lição de 20 de Novembro de 1921
Lição de 27 de Novembro de 1921
Lição de 4 de Dezembro de 1921
Lição de 11 de Dezembro de 1921
Lição de 18 de Dezembro de 1921
Lição de 25 de Dezembro de 1921
Lição de 1 de Janeiro de 1922
Lição de 8 de Janeiro de 1922
Lição de 15 de Janeiro de 1922
Lição de 22 de Janeiro de 1922
Lição de 29 de Janeiro de 1922
Lição de 5 de Fevereiro de 1922
Lição de 12 de Fevereiro de 1922
Lição de 19 de Fevereiro de 1922
Lição de 26 de Fevereiro de 1922
Lição de 5 de Março de 1922
Lição de 12 de Março de 1922
Lição de 19 de Março de 1922
Lição de 26 de Março de 1922
Lição de 2 de Abril de 1922
Lição de 9 de Abril de 1922
Lição de 16 de Abril de 1922
Lição de 23 de Abril de 1922
Lição de 30 de Abril de 1922
Lição de 7 de Maio de 1922
Lição de 14 de Maio de 1922
Lição de 21 de Maio de 1922
Lição de 28 de Maio de 1922
Lição de 4 de Junho de 1922
Lição de 11 de Junho de 1922
Lição de 18 de Junho de 1922
Lição de 25 de Junho de 1922
Lição de 2 de Julho de 1922
Lição de 9 de Julho de 1922
Lição de 16 de Julho de 1922
Lição de 23 de Julho de 1922
Lição de 30 de Julho de 1922
Lição de 6 de Agosto de 1922
Lição de 13 de Agosto de 1922
Lição de 20 de Agosto de 1922
Lição de 27 de Agosto de 1922
Lição de 3 de Setembro de 1922
Lição de 10 de Setembro de 1922
Lição de 17 de Setembro de 1922
Lição de 24 de Setembro de 1922
Lição de 1 de Outubro de 1922
Lição de 8 de Outubro de 1922
Lição de 15 de Outubro de 1922
Lição de 22 de Outubro de 1922
Lição de 29 de Outubro de 1922
Lição de 5 de Novembro de 1922
Lição de 12 de Novembro de 1922
Lição de 19 de Novembro de 1922
Lição de 26 de Novembro de 1922
Lição de 3 de Dezembro de 1922
Lição de 10 de Dezembro de 1922
Lição de 17 de Dezembro de 1922
Lição de 24 de Dezembro de 1922
Lição de 31 de Dezembro de 1922



Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores
Lição de 1.º de Novembro de 1920



Coronel Pereira Coelho

O Coronel Pereira Coelho, de seu nome completo José Maria Sardinha Pereira Coelho, era o nosso sócio n.º 57.

Fundador do Grupo, antigo vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Pereira Coelho foi o nosso primeiro presidente da Assembleia-Geral e vogal da Junta Directiva em vários triénios, mas foi sobretudo um dos grandes entusiastas desde a primeira hora e um amigo muito dedicado.

Recordamos com infinita saudade a sua colaboração sempre leal e amiga.



Coronel Pereira Coelho

O Coronel Pereira Coelho, de seu nome completo José Maria de
Pereira Coelho, nasceu em 27 de
de Junho de 1864, antigo vereador da Câmara Municipal de La-
goa, Pereira Coelho foi o primeiro presidente da Associação Geral
e vogal da Junta Directiva em vários termos, mas foi sobretudo um dos
grandes colaboradores desde a primeira hora e um amigo muito querido.
Reclamamos com justiça a sua colaboração sempre fiel e
amiga.

BOCAS DE FOGO HISTÓRICAS NO MUSEU MILITAR

pele General PEREIRA DO VALE

«**S**ABBADO seis dias do mês dabril de 1538 nos fizemos à vella de Betlem; o vento era de todo calmo, mas ajudandonos a maré e alguns bateis que nos hião reuocando, fomos surgir entre são gião e sancta Catherina, e logo depois do meio dia começou a uentar o vento noroeste, e cada vez hia refrescando e fazendose maes largo; duas oras ante sol posto tirou a capitania hum tiro e se fez à vella, e todos fizemos o mesmo: quando nos ouuemos fóra da carreira dalcaçoua era noite de todo, e a este tempo ouuimos tres tiros, mas não vimos nem soubemos ao presente de que naao se tirárão.

De noite foi o vento nornoroeste fresco; governamos ao sudueste e quarta daloeste atee amanhecer.»

Assim zarpou de Lisboa a armada que conduzia à Índia o vice-rei D. Garcia de Noronha e de que fazia parte a nau *Gryfo*, de que ia por capitão o grande D. João de Castro, homem de ciência, administrador, humanista e homem de guerra. Da viagem nos deixou um magnífico *Roteiro de Lisboa a Goa*, publicado por Andrade Corvo e donde copiamos as primeiras linhas deste estudo. Nele nos dá notícia de várias observações sobre fenómenos da natureza, astronómicos e magnéticos.

No dia 29 de Julho, com vento nordeste bonançoso, a horas de véspera, a armada surgiu dentro do porto de Moçambique, que a fig. 1 mostra num desenho do autor do roteiro.

Desta cidade escreveu D. João de Castro várias cartas ao Rei e ao Infante D. Luís⁽¹⁾, dando conta das suas observações e descrevendo a viagem. Numa delas expõe ao Rei várias considerações sobre a defesa da ilha, do pouco ou nenhum valor defensivo da sua Torre Velha, única obra de fortificação existente então e que vemos representada na fig. 1 e ocupa o local onde hoje se levanta o palácio de S. Paulo; aconselhava o rei a que construísse uma nova obra que pusesse a ilha a coberto de ataques turcos que se recebavam. As razões expostas por D. João de Castro calaram no espírito do rei, que ordenou o começo das obras, o que só em 1558 se efectivou.

Est. IX Pag 306

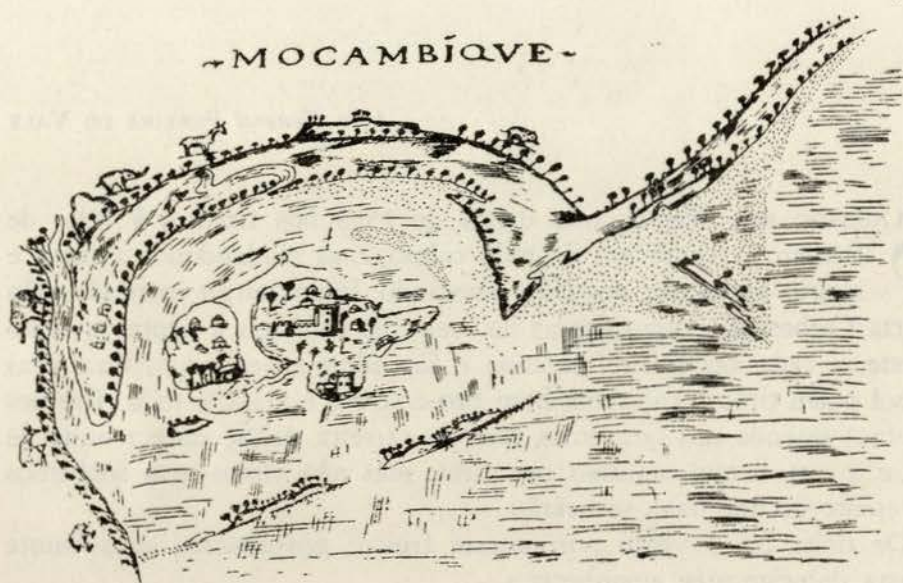


FIG. 1 — *Porto de Moçambique, segundo um desenho de D. João de Castro*

A construção da nova fortaleza, a que se deu o nome de S. Sebastião (fig. 5), arrastou-se por largos anos, de forma que no princípio do século XVII ainda não estava terminada, se bem que já em condições de resistir com sucesso às investidas holandesas nos anos de 1604, 1607 e 1608. A mais séria acção foi a do cerco de 1607, feito por uma armada de

(1) *Cartas de D. João de Castro*, por Elaine Sanceau, Agência-Geral do Ultramar.

8 grandes navios, com mil e seiscentos homens de tripulação, sob o comando de Paulo Van Caerden, que surgiu em Moçambique no dia 29 de Março, numa sexta-feira.

A defesa da fortaleza foi enèrgicamente conduzida por D. Estêvão de Ataíde e de tal forma que Van Caerden resolveu levantá-lo, em 6 de Maio. À enèrgica acção de D. Estêvão de Ataíde devemos, sem dúvida, estarmos ainda hoje na posse da província de Moçambique⁽²⁾.

Logo no dia 31 de Março, a um domingo, os holandeses desembarcaram 500 mosqueteiros e 9 bocas de fogo, abriram trincheiras e começaram o bombardeamento, com cerca de 80 tiros por dia.

Para contrabalançar esta artilharia dispunham os portugueses de um número de bocas de fogo que hoje nos é conhecida através de um documento há pouco adquirido num livreiro antiquário pela Comissão de História Militar. É ele uma carta de quitação passada ao feitor da fortaleza, de nome Pascoal Florim de Almeida, por Fernando de Albuquerque, Capitão-Geral e Governador da Índia. Aqui a damos a conhecer (fig. 2).

Pascoal Florim exerceu o seu cargo desde 10 de Março de 1606 até 9 de Março de 1609, exactamente no período do ataque dos holandeses à fortaleza.

Parte dessa artilharia devia ter chegado a Moçambique em 1570, pois segundo afirma o ilustre investigador Alexandre Lobato na sua monografia *A Ilha de Moçambique*, num ano «recebeu-se uma remessa de artilharia vinda do Reino e de que não resta, que se saiba, qualquer peça, talvez porque os antigos canhões de bronze recolheram ao Arsenal de Lisboa ou de Goa para serem fundidos de novo, como era costume fazer-se».

Desta artilharia, cuja remessa talvez estivesse relacionada com a expedição de Francisco Barreto, algumas bocas de fogo, felizmente, se salvaram, ao contrário do que pensava o ilustre investigador, e estão guardadas no Museu Militar.

(2) Para completo conhecimento desta acção, pode consultar-se o livro de António Durão, soldado antigo da Índia, em tradução espanhola de um manuscrito português, da Biblioteca da Ajuda, datado de 1609, segundo comunicação recente à Academia da História pelo académico Meyrelles do Souto. A tradução espanhola é de 1633, de Madrid e tem por título *Cercos de Moçambique, defendido por Dom Estevam de Atayde, escritos por António Duran, soldado antiguo de la India*.



ERNANDO D'ALBUQUERQUE

do cons. de S. Mag.^{de} Capitão geral & G.^{or} da Índia. &c. asi q' esta minha carta de quitação vire' faço saber q' eu mandey tomar cota nos contos des-
 ti' estado a Pascoal Flori' d'almeida fator q' foy da Fortz. de Moçambique de tempo de tres annos q' od.^o cargo serajo começados em dez de Março de seis sentos e seis.
 e acabados em noue de Março de seis sentos e noue. E pella d.^{ta} conta se mostra receber de dr. setenta e bu mil oitenta e seis e seis t^z. quinze rs. de qua-
 tro sentos rs. o t^z. deoitenta e dous mil t^z. de dez reales o t^z. e buia Agua de metal. Cincoenta e quatro arcabuzes, e seis Ancoras de Naos, e setenta e cinco e sete q' vire
 dous bares de breu, e cinco Camellers de metal, e bui Cao de metal, e buia Colebrina, e dous camellos de metal de marca mayor, e quatro sentos e trinta e sete q' vire
 coito araris de humbo, eoitenta e seis bares de cajiro, e seis canhões de metal, e treze e speras e mecas e speras de metal, e quatro falcoes de metal, e bui leão de metal,
 e setenta e trinta e dous mosquet^z. e trezetas e setenta e quatro fardos de milbo, e buia Saluaga de metal, e outras m. cousas coteadas e declaradas no encerram.^{to} da d.^{ta} conta, o
 qual dr. e mais cousas od.^o Pascoal Flori' d'almeida de f.^{or} e entregou conforme ao regimento da d.^{ta} fortz. e por mandados do Cap.^{om} della, e mais ord^{es} q' pera isso teue se fazer
 deucndo couza alguma a faz.^a de S. Mag.^{de} como se viu pelo encerram. da d.^{ta} conta, q' foy tomada por sr. m.^o de Lima cont. dos d.^{ta} cotas, e v.^{ta} por Baltazar Mar.^o Proi.^{or} das cotas
 e ementa: nelles, pello q' dou por quite eliuere ao d.^{to} Pascoal Florim do d.^{to} dr. e mais cousas, e todos seus bord^z. para q' nunca em tempo algu' por isso sejao citados ne
 de mandados nos d.^{ta} cotas ne fora delles por assi de tudo ter dado cotas co entrega como d.^{to} be, e mando ao Vedor da faz.^a de S. Mag.^{de} e ao Proi.^{or} Mor.^o dos d.^{ta} cotas, e aos
 ouvidores Juizes Just.^{os} Off.^{es} e outros a q' oc.^{to} pertencer q' assi ocuprao, e guard^{em}, e faciao int^{er}. m.^o cumprir e guardar se duuida ne embargo algu' q' a isso sejao p^ota. Dada e fha por
 mi assinada, a qual cota foy acabada pelo cont.^{or} M.^o Corbe Netto. Ant. Cald^{er}. d.^{to} Araujo Escruuao dos cotos a fez Anno de naçim.^{to} de Nosso Sr.^o Jhu.^o Xpo de mil seis sentos, e sete e deus annos

Original signature

Copy signature

Carta de quitação d' Pascoal Flori' d'almeida f.^{or} q' foy da Fortz. de Moçambique e a seus bord^z. dos tres annos q' seruiu ad.^{ta} fortz. começados e dez de Março de seis sentos e seis, e acabados e noue de
 Março de seis sentos e noue dos setenta e bu mil oitenta e seis e seis t^z. quinze rs. de quatro sentos rs. o t^z. eoitenta e dous mil t^z. de dez reales o t^z. e buia Agua de metal, e cincoenta e
 quatro Arcabuzes, e seis Ancoras de Naos, e setenta e cinco e sete q' vire dous bares de breu, e cinco Camellers de metal, e bui Cao de metal, e buia Colebrina, e dous camellos de metal, e quatro falcoes de
 metal, e bui leão de metal, e treze e trinta e dous mosquet^z. e trezetas e setenta e quatro fardos de milbo, e buia Saluaga de metal, e outras cousas a como declaradas de q' deu conta co entrega
 se ficou deucndo couza alguma a faz.^a de S. Mag.^{de} e a seu Ver toda e

FIG. 2 — Carta de quitação a Pascoal Florim de Almeida

Consta da citada carta de quitação que havia na fortaleza, em 9 de Março de 1609, o seguinte material de artilharia:

Águia... ..	1
Cameletes... ..	5
Cão	1
Colubrina... ..	1
Camelos de marca maior	2
Canhões	6
Esperas e meias-esperas... ..	13
Falcões	4
Leão	1
Selvagem	1

num total de 35 bocas de fogo, todas de metal (bronze).

Conforme consta de um artigo publicado na *Gazeta de Portugal*, de 29 de Março de 1867, chegaram a Lisboa, em Dezembro de 1866, na barca *Novo Paquete*, vindos de Moçambique, cinquenta canhões de bronze com o peso total de 92 949 quilogramas ou 6294 arrobas pròximamente e dos quais já se haviam derretido cinco para diversas aplicações. Nesse artigo era lançado um brado de alarme contra esse verdadeiro crime, por um oficial ilustre que foi J. Pedro Celestino Soares. Que a sua memória seja honrada pois a ele devemos o terem-se salvo magníficos exemplares de artilharia do século XVI!

No artigo acima citado descrevem-se quarenta e cinco das cinquenta bocas de fogo vindas de Moçambique; a descrição não é, por vezes, correcta, mas, como regra geral, é suficiente para que se pudessem identificar algumas que escaparam à fúria dos fornos de fundição. Interessámo-nos pelo assunto e tanto mais que desejávamos esclarecer a nomenclatura usada no século XVI pelos artilheiros e cronistas portugueses, nomenclatura que nunca havíamos visto posta a claro e onde reinava a maior confusão e os mais disparatados erros⁽³⁾.

Estão identificadas no Museu Militar, vindas de Moçambique na barca *Novo Paquete*, as seguintes bocas de fogo, todas do século XVI:

Águia	n.º F 7
Áspide	n.º D 5
Áspide	n.º R 25

(3) Tratámos deste assunto na *Revista de Artilharia*, n.ºs 439-440, de Março-Abril de 1962.

Camelete	n.º B 8
Camelo	n.º R 24
Serpe	n.º D 1

todas de origem portuguesa;

Meio-canhão	n.º E 1
Meio-canhão	n.º E 3
Meio-canhão	n.º R 2
Terço de canhão	n.º E 3

de origem espanhola;

Sacre	n.º R 9
--------------	---------

que é, possivelmente, de origem francesa.

A águia da carta de quitação é, sem qualquer dúvida, a boca de fogo n.º 46 da relação inserta na *Gazeta de Portugal* e descrita com o nome de peça e como sendo do tempo de D. João IV, no catálogo do Museu Militar com o n.º F 7 (fig. 3).



FIG. 3 — *Águia do tempo de D. João III, tocada por balas holandesas*

É, no entanto, do reinado de D. João III e foi tocada por balas holandesas, como distintamente se vê na fig. 3.

Consideramo-la de grande valor histórico.

Nenhuma áspide consta da carta de quitação; no entanto, na barca *Novo Paquete* vieram de Moçambique duas destas bocas de fogo, a n.º D 5 e a n.º R 25.

É a áspide uma meia colubrina bastarda; a n.º D 5 é bastante curta, no limite das áspides curtas e das esperas compridas. Tem 25 calibres de comprimento. Pode assim ter sido considerada com uma das 13 esperas mencionadas na carta.

A áspide R 25 tem de comprimento 27 calibres e não poderia ser considerada como espera com tal comprimento. É de admitir, porém, que seja essa boca de fogo a colubrina que Florim de Almeida entregou ao deixar as funções de feitor.

A n.º D 5 e a n.º R 25 têm, na relação publicada na *Gazeta de Portugal*, respectivamente os n.ºs 25 e 30.

Havia em Moçambique, em 1609, cinco cameletes; um deles é o n.º B 8 do Museu, e n.º 6 da relação publicada na *Gazeta de Portugal*. No catálogo do Museu vem classificado como canhão pedreiro, quando de facto é um meio-canhão pedreiro.

Os restantes desapareceram.

O camelo n.º R 24 do Museu tem na relação já citada o n.º 18. Dos 2 que existiam em Moçambique é o único existente.

Os meios-canhões numerados no Museu E 1, E 3, R 2, são certamente os chamados canhões da carta de quitação e têm na relação da *Gazeta de Portugal* respectivamente os n.ºs 49, 14 e 20.

O n.º E 1 é um meio-canhão espanhol do tempo de Filipe II, erradamente classificado como colubrina no catálogo do Museu, como erradamente é classificado também de colubrina o meio-canhão n.º R 2.

A boca de fogo n.º E 3 é um terço de canhão, também erradamente classificado de colubrina pelo catálogo, e está coberto de cicatrizes produzidas pelas balas holandesas, pelo que merece a nossa veneração, apesar de filipino (fig. 4).

Há ainda a considerar o meio-canhão n.º E 4, também espanhol e que com toda a probabilidade veio também de Moçambique. Estas quatro últimas bocas de fogo devem fazer parte do grupo de 6 canhões de que nos fala a carta de quitação.

Veio de Moçambique com o n.º 39 da Relação a serpe n.º D 1, obra de fundidor estrangeiro e que tem a particularidade de ostentar o nome

do Rei D. Sebastião quando ainda ele não tinha subido ao trono, pois é de 1553 a data que tem marcada. Deve ter sido trocado um 8 por um 3.

É um dos 6 canhões citado na carta.

É para terminar resta-nos falar do sacre n.º R 9, que julgo de origem francesa e que veio de Moçambique com o n.º 5 na relação. Não se encontra citado no material entregue pelo feitor Florim de Almeida.



FIG. 4 — Terço de canhão filipino

É uma boca de fogo dos princípios do século XVI e é de crer que estivesse na fortaleza de S. Sebastião no tempo desse feitor. É de admitir que seja um dos quatro falcões citados na carta, que consideraria o sacre como um meio-sacre ou falcão.

Há no Museu três leões e uma selvagem mas nenhuma destas bocas de fogo é mencionada na relação da *Gazeta de Portugal* como tendo

vindo de Moçambique; devem ter, por consequência, outra procedência. Do cão também não encontramos notícia. Estas três bocas de fogo podem ter sido do número das cinco sacrificadas nos fornos de fundição antes do grito de alarme soltado por Joaquim Pedro Celestino Soares.

Na relação da *Gazeta de Portugal* vem descrita com o n.º 40 uma boca de fogo da forma seguinte:

«N.º 40 — Peça holandesa que pela data e circunstâncias de se achar em Moçambique foi de-certo tomada aos holandeses quando bloquearam aquela cidade ou mandada para ali de Macau onde alguns navios foram tomados quando, durante a dominação espanhola, atacavam as nossas colónias.»



FIG. 5 — Fortaleza de S. Sebastião, da cidade de Moçambique

De facto, os holandeses perderam, durante o assédio do ano de 1607, uma boca de fogo de bronze, conforme nos conta António Durão, soldado da fortaleza de S. Sebastião durante o cerco, no seu livro *Cercos de Moçambique defendidos por D. Estevam de Athayde*.

Diz-nos António Durão, no capítulo v:

«Al quinto dia hizieron otra trinchea de la mesma forma, de la otra parte de la Ermita, donde presieron una pieça gruessa con presidio de mosqueteros, y rompiendo la pared de la Capilla mayor hizieron una

tornera ⁽⁴⁾ en que assestaran una pieça maior q̃ todas las demas, la qual echava bala de 24 libras de hierro, hiziẽdo tẽblar, nos muros de la fortaleza..... teria catorze palmos de largo e seys en rueda de la camara, hizose en el año de 606 como se echava ver por las letras que tenia.»

No capítulo XIII diz-nos ainda Durão: «y de lo que hizieron mayor estimacion que de una pieça de artilheria de bronze que era la que estuvo en la Ermita de San Gabriel, como avemos dicho, la qual ellos dexaron muy contra su voluntad.»

Era, pois, uma peça de bronze de calibre 15 cm, com 3,08 m de comprimento, de 1,23 m de perímetro no ouvido e foi fundida no ano de 1606.

O autor do artigo da *Gazeta de Portugal* não nos esclarece sobre a data marcada na peça n.º 40, infelizmente. Mas pode admitir-se que possa ser a peça deixada em 1607 pelos holandeses quando puseram cerco à fortaleza de S. Sebastião.

Algumas das bocas de fogo que vieram de Moçambique foram entregues ao Ministério da Marinha. Estarão ainda por lá?

Nunca nos mereceram grande atenção os velhos troféus! Quantos tiveram fim inglório nos fornos de fundição! Quantos, modificados para experiências ou para serviço, perderam a sua identidade e nos aparecem hoje como exemplares novos!

Estão neste caso as peças de campanha de 8 cm, com a cifra de D. Pedro V e a data de 1860. Quem reconhecerá nelas as peças tomadas aos franceses na batalha de Vitória, durante a Guerra Peninsular? Cerca de 40 dessas bocas de fogo, que seriam hoje o orgulho do nosso Museu, tiveram esse destino e delas restam hoje bem poucas, irreconhecíveis e desprezadas. As restantes lá foram encaminhadas para os fornos para dar forma a novas armas, a objectos de equipamento, ou estátuas de varões ilustres ou mesmo de alguns que de ilustres nada tinham.

E já que falamos nele, permitam os nossos leitores que lhes apresentemos Pascoal Florim de Almeida por intermédio de António Durão:

«Pascual Florin de Almeida, Administrador, y Alcayde mayor de la fortaleza de Moçambique, servio en ella com tanto zelo, cuidado y diligência quãta no se puede dezir, siẽdo de los primeros que acudia a los

(4) Canhoneira.

rebates, y el principal em muchas traças, y tretas de guerra que salieram siempre en mucho daño de los enemigos y provecho de los nostros.»

Esta pequena notícia, onde poucas novidades há, tem como objectivo chamar a atenção dos nossos leitores para que se façam diligências no sentido de descobrir o paradeiro de mais algumas bocas de fogo que tivessem vindo na barca *Novo Paquete* e tivessem defendido a fortaleza de S. Sebastião, principalmente o meio-canhão que os holandeses deixaram na ilha. São esses os nossos votos.



RONDA DO PASSADO...

UMA RELÍQUIA SETECENTISTA EM VIA DE DESAPARECER

pelo Brigadeiro Dr. MEYRELLES DO SOUTO

VÃO, pouco a pouco, desaparecendo as relíquias do nosso período de setecentos nesta cidade capital.

Paulatinamente, ou por demolidos ou por transformados, os poucos vestígios «desse passado que lá vae distante», na frase de Sardinha, vão caindo no sumiço.

Será, desta feita, um agradável recanto, um delicioso jardim, aqui a Santo Amaro, quase único remanescente dos tempos gloriosos deste bairro.

Se, acompanhando hipotético viajor, com ele chegarmos por mar a Lisboa, formoso panorama se irá desenrolando, qual fita desbobinada de cinema, perante nossos olhos encantados.

A costa desde Cascais, e toda a margem norte do Tejo — depois de franqueada a barra entre S. Gião (nome antigo da fortaleza de S. Julião) e o Cabeço Seco (como era conhecido o Bugio) — formam, com os montes da Outra Banda, em declive suave a descer para as águas, um conjunto deveras agradável.

Passada a Ribeira de Oeiras, em cujas ribas amenas o Marquês de Pombal construiu sumptuoso palácio, pertença actual da Fundação Gulbenkian, que o está reintegrando principescamente, restaurando o pristino esplendor; ultrapassado o Jamor, a deslizar, mansinho, pelo sopé da bucólica Carnaxide e das duas Lindas (a Velha e a Pastora, por Tomás Ribeiro,

no *Mensageiro de Fez*, tão cantadas e amadas) entra-se no reguengo de Algés para passar ao Restelo e Junqueira até Alcântara.

Não atravessaremos a linha férrea, outrora limite nascente do Concelho de Belém, cujo primeiro presidente foi Alexandre Herculano no século findo e o último, no alvorecer do vigente, o 1.º Conde do Restelo, farmacêutico de 1.ª classe, Pedro Augusto Franco, inventor do vinho nutritivo de carne, tão famoso e rendoso no começo de 900 (1).

Por aqui passa (hoje escondida sob a calçada) importante curso de água, a velha Ribeira (depois Caneiro) de Alcântara, junto da qual se jogaram certo dia os destinos da nossa Pátria (25-8-1580), quando das pretensões filipinas contra El-Rei D. António, na vacância do trono português, por morte do Cardeal-Rei D. Henrique.

Que futuro teria sido o de Portugal se o Duque d'Alba fora derrotado?

Em ponte que a galgava, há muito destruída, se erguia a bela estátua oitocentista de S. João Nepomuceno, obra de João António de Pádua, recolhida no Museu do Carmo (2).



Pois, se, em pensamento, nos reportamos a cerca de duzentos anos atrás e fizemos reviver na memória o caminho, certamente tosco, lançado nos terrenos alagadiços ribeirinhos do Tejo, ressuscitaremos vários edifícios, uns muito diferentes dos actuais, outros ainda perfeitamente identificáveis nas linhas mestras.

Começemos pela Quinta do Duque de Cadaval, a Pedrouços, onde esteve a Carreira de Tiro e actualmente é o I. A. E. M. (Instituto de Altos Estudos Militares), alfobre de brigadeiros e generais do nosso exército, onde me graduei, com sua «mess» moderna, vulgo «Hotel das Cólicas», no crisma chistoso e apropriado de alguém. Da mata vetusta só resta um punhado de arvoredos junto à rua... Do palácio, nada.

Um pouco avante, mesmo lado, houve a Quinta da Princesa «D. Maria Benedita», a altruista fundadora do Asilo de Runa, irmã e nora da rainha D. Maria I, por ter sido casada com o esperançoso Príncipe da Beira, seu sobrinho. Sòmente o nome do largo a recorda; tudo foi urbanizado.

Em frente, a casa antiga, onde a popular Marquesa de Viana viveu, com sua capela e entrada tão atraente, Escola Profissional de Pesca nos dias actuais.

Junto ao largo, a casa dos Governadores da Torre de S. Vicente, vulgo de Belém. Restituída esta jóia à insularidade primitiva, finalmente realizou-se o desejo, há 40 anos manifestado por tantos — como eu! — de arredar os gasómetros que a agrediam em torno⁽³⁾.

Que enorme gosto, ao contemplar em pleno desafogo e com jardim em derredor essa graciosa fortaleza, defesa simbólica da entrada do porto, tão linda que o almirante Roussin, violador das nossas águas, a não deixou atacar, respeitando-lhe a beleza⁽⁴⁾.

Bem perto o antigo convento do Bom Sucesso, de freiras dominicanas irlandesas, fundação de D. Iria de Brito, Condessa da Atalaia, em 1626.

No corredor da sacristia pode ler-se:

A CONDEÇA DE ATALAYA DONA IRIA DE BRITO FUN
DADORA DESTE CONVENTO DEIXOU POR SUA ALMA
DUAS MISSAS COTIDIANAS PERPETUAS E HUM
OFFICIO DE NOVE LIÇOENS CADA MEZ. E PERA
A FABRICA DA CAPELLA MOR QUE HE SVA. RESER
VOU CEM MIL REIS DE JURO ASSENTADO NAS AL
MADRAVAS DO ALGARVE COMO TUDO CONSTA
DA ESCRITVRA QVE ESTA NO CARTORIO DO CON
VENTO. POSSE ESTE LETREIRO NA ERA DE 1670

Esta D. Iria, 1.^a Condessa da Atalaia por casamento com D. Fernando Manuel, era viúva (sem descendência) do meu ascendente D. Diogo Pereira, Conde da Feira, e filha de João de Brito. Os condes de Atalaia, ao contrário do que dizem os livros⁽⁵⁾, tiveram um filho único, falecido aos 13 anos, em 1599; jaz em moimento próprio, metido na parede do lado da Epístola, na capela-mor da igreja deste cenóbio.

Destinado, parece, a irmãs jerónimas, mudou o intento a Rainha D. Luísa de Gusmão, a instâncias de Fr. Domingos do Rosário, religioso muito da privança régia.

Este domínico irlandês, de seu nome Daniel O'Daly, morreu em Portugal em 1662, para onde emigrara com dois companheiros em 1658. D. Luísa de Gusmão, regente, sua confessada, favoreceu-lhe os pedidos relativos à fundação do convento do Corpo Santo e à mudança, para a sua ordem, do do Bom Sucesso. Para ele próprio, recusou as mitras de

Tânger e a de primaz da Índia, oferecidas por D. João IV. Prestou apreciáveis serviços como diplomata da corte portuguesa junto da de Saint James e concorreu grandemente para o casamento da nossa princesa D. Catarina, Rainha de Inglaterra. No fim da vida acabou por aceitar o bispado de Coimbra. Jaz no Bom Sucesso.

E estamos a bater à porta, digo, a passar no local onde existiu o palácio da Quinta da Praia, hoje demolido por completo, pertença que foi dos condes de S. Lourenço, dos Marialva e por fim dos Loulé, que o venderam ao Estado. A Provedoria da Casa Pia ali esteve instalada e, quando dos Centenários, algumas repartições correlativas. Foi rico de recheio e com aspecto exterior interessante. Aqui se teria desenrolado a curiosa cena do regresso duma romaria da Outra Banda, nos seus tempos áureos:

Ouve-se a bulha dos remos caindo nas aguas perto das varandas que dão sobre o Tejo e de um escaler de cincoenta remadores, que aproa ao caes, sae o velho fidalgo (marquez de Marialva) seguido por uma multidão estranha e pitoresca de musicos, de poetas, de toureiros, de lacaios, de frades, de anões, de negros, de crianças de ambos os sexos fantasticamente vestidos.

Volta de feira tão pitoresca, tão alegre, tão doidamente ruidosa⁽⁶⁾.

Que delicioso debuxo para um «Capricho» Goya faria se tivera assistido ao desembarque...

... E eis os Jerónimos, a igreja de Santa Maria de Belém, a terceira erguida nos areais do Restelo, segundo Sampaio Ribeiro demonstrou, um trabalho magistral e exaustivo⁽⁷⁾. No pórtico sul está a única estátua do Infante D. Henrique merecedora de crédito e de confiança⁽⁸⁾.

César da Silva, probo e consciencioso, estudou com carinho este maravilhoso monumento⁽⁹⁾.

Avançando, atingimos, rente, o Chão Salgado, onde obelisco singelo, apontando «as casas» que foram do Duque de Aveiro, arrasadas depois do atentado de 1758 contra D. José (ou antes contra o alcaiete Pedro Teixeira, morador no casal do seu nome, lá em cima, a caminho de Monsanto, notável pelas chaminés gigantescas, as quais se mantêm erectas, de curiosas que são?) nos faz ainda arrepiar, trazendo à memória os horrosos suplícios ali a dois passos — no actual jardim de Belém — applicados aos supostos regicidas!

O processo dos Távoras, ou pelo menos quanto se sabe dele, não permite chegar a conclusões seguras sobre os factos⁽¹⁰⁾, deixando flutuar no espírito muitas dúvidas e incertezas⁽¹¹⁾.

AQUI FORAO AS CAZAS ARAZADAS E SALGADAS DE JOZE
MASCARENHAS EXAVTHORADO DAS HONRAS DE DUQUE
DE AVEIRO EOUTRAS E CONDEMNADO POR SENTEN
CA PROFERIDA NA JUNTA DA INCONFIDENCIA
EM 12 DE JANEIRO DE 1759 JUSTIÇADO COMO HUM
DOS CHEFES DO BARBARO E EXECRANDO DESACATO
QUE NA NOITE DE 3 SETEMBRO DE 1578 SE HAVIA
COMMULADO CONTRA A REAL E SAGRADA PESSOA
DE ELREI NOSSO SENHOR D. JOZE I NESTE TERENO
INFAME SE NÃO PODERA EDIFICAR EM TEMPO ALGUM.

Que diriam os manes de Pombal se viessem a este mundo?... Como se pode verificar «in loco» tal proibição não durou muito...

E alcançamos as «Mercearias da rainha Dona Caterina», no prédio que pertenceu aos condes do Restelo e é a Farmácia Franco.

MERCEARIAS. DA. RA. DONA, CATERINA, QUE. DEUS. TEM. ESTE
TUIDAS PERA 20 CAVALEIROS. DAFRIQUA. Ê. MAIO. 1619.

lê-se no pátio interior, lado sul. Na parede oposta, outro informe:

ESTAS MERCEARIAS
FORAM COMPRADAS
POR
PEDRO AUGUSTO FRANCO
EM 13 DE JULHO DE 1881
E REEDIFICADAS
NOS ANNOS DE 1881 A 1884

Quantum mutatus ab illo...

O palácio presidencial de Belém mantém-se tal qual era, sensivelmente, quando construído pelo Conde de Aveiras, a quem D. João V o adquiriu: era a Quinta de Baixo⁽¹²⁾. Aqui viveram os duques de Bragança, D. Amélia e D. Carlos, enquanto príncipe real, e no picadeiro se adestraram na «arte de bem cavalgar», os senhores D. Carlos, D. Afonso, D. Luís Filipe e D. Manuel. É hoje Museu dos Coches, de riqueza e interesse excepcionais, em meu parecer — e conheço os outros — o primeiro do mundo.

Entramos agora na Junqueira (onde vivi), por Artur Lamas tão amada.

No antigo forte da Estrela, ao Altinho, por concessão especial de D. José I, o Marquês de Angeja (daí o nome do largo vizinho) construiu

palacete, cuja bonita capela, da invocação de Nossa Senhora do Carmo, possui bela escultura do orago, obra de Machado de Castro. Aí reuniu anos e anos (desde 1929) uma Conferência de S. Vicente de Paulo, a qual tamanhos benefícios espalhou na freguesia: mudou-se há tempo para a de Nossa Senhora das Dores, na Rua do Embaixador «erecta junto á enfermaria dos creados de el-rei».

TEVE PRINCIPIO ESTA IGREJA DE N. S.
DAS DORES NO ANNO DE 1787 DEVEN
DOSE A DESPEZA A DELIGENCIA DAS
ESMOLAS A Q OS IRMAOS GERALMEN
TE SUPLICARAO POR TODOS OS FIEIS
SECORRENDO AMUITOS Q. ONESESI
TAVAO EM SUAS EMFERMIDADES
E ACOMPANHANDO-OS A SEPULTURA

se vê no lintel da porta lateral. Sobre o portal da capela o versículo:

O VOS OMNES QUI TRANSITIS PER VIAM

alusivo à invocação do passo da Virgem, sob cuja protecção foi edificada.

Muito perto do palacete Angeja, um pouco ao norte, em 1782, foram fundadas as Salésias, por diligência do Padre Pedro de Carvalho, da Congregação do Oratório de S. Filipe de Nery, com alvará datado de Salvaterra de Magos, a 30 de Janeiro daquele ano. O templo era dedicado à Visitação de «Santa Maria» e foi inaugurado no dia 13 de Agosto de 1846, por transferência, em procissão, das imagens e do Santíssimo Sacramento da capela velha. As salesianas dedicavam-se ao ensino e foram expulsas pela República, tendo o edifício passado para asilo, integrado na Casa Pia de Lisboa.

Gomes de Brito ⁽¹³⁾ lembra que o retábulo da Anunciação dum dos altares era amostra — pintada por Masucci, e enviada a D. João V — do painel maravilhoso da capela de S. João Baptista, em S. Roque.

... O caminho seguia à beira-rio, pois o aterro não existia.

Na margem norte vamos encontrando sucessivamente a Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha ⁽¹⁴⁾ (o do Recolhimento a Santa Apolónia, cônego da Sé Patriarcal, secretário da embaixada a Clemente XI), mais tarde dos viscondes do Marco e hoje dos de Botelho. Construção do maior interesse arquitectónico, feita pelo engenheiro húngaro Carlos Mardel, dela (residência do irmão) foi realizado o rapto da filha dos condes

de Cavaleiros, D. Eugénia José de Menezes, camareira da princesa D. Maria Isabel, pelo físico-mor do Exército, Dr. João Francisco Oliveira, em circunstâncias tão românticas quão anómalas (27-5-1803).

Por mar até Cádiz, onde a senhora ficou, o Dr. Oliveira seguiu para Londres: deixara carta à esposa contendo várias instruções e a frase sibilina: «Não te digo nada porque sabes tudo». Ambos os comparsas condenados a degradação, mais tarde D. Eugénia (que pertencia à melhor aristocracia do Reino) veio para o convento da Tavira e foi absolvida; daqui para o de Portalegre, onde viveu com sua filha D. Eugénia Maria, a qual casou com Guilherme Smith, côsul-geral da Grã-Bretanha em Lisboa, bastardo do Rei Jorge III de Inglaterra.

O «raptor» também recuperou a graça régia, foi ter com a corte ao Rio de Janeiro, e faleceu em Lisboa, na Rua das Portas de Santo Antão em 24 de Dezembro de 1849, tendo sido embaixador e até ministro de D. João VI.

Segundo as crónicas coevas, o «heroe», madeirense de origem, «não tem má figura, fala várias linguas, he um dos medicos preferidos desta capital»; porém, «character perigoso e desinquietador de familias»: verdadeiro Casanova. A carta para a esposa tem a data «27 maio 1803 sette horas da tarde», escrita mesmo no último instante⁽¹⁵⁾.

Começa agora, correndo do lado meridional, a Cordoaria, edifício de certo volume, bem equilibrado, cuja fachada virada ao rio tem nobreza; ordenado por D. José, só teve execução no reinado de sua filha, a Rainha D. Maria I, sendo presidente do Erário Régio o Marquês de Angeja⁽¹⁶⁾. Aí esteve o Depósito de Adidos do G. M. L.; o Instituto de Medicina Tropical, etc.; lá permanece um asilo da Infância Desvalida, ao lado de outras repartições.

Em frente, a aparatosa Quinta das Águias (nome dado pelas aves ornamentais do portão), a qual pertenceu a Diogo de Mendonça Corte Real, construída pelo licenciado Manuel Lopes Bicudo, e é propriedade do Dr. Lopo de Carvalho, depois de o ter sido da Condessa da Junqueira.

Dum e doutro lado da calçada, que leva ao antigo convento da Boa Hora (hoje Hospital Militar)⁽¹⁷⁾, tudo outrora era vínculo dum ramo de Saldanhas. Tem sua história.

Nos livros da Chancelaria de D. Dinis existe (assegura Artur Lamas) documento do Rei Lavrador a doar o «sitio da Junqueira» às abadessas do Mosteiro de Odivelas, onde aquele monarca dorme o sono eterno.

Mais tarde, em 1421, carta régia de D. João I isenta de certo pagamento o escrivão da puridade, Gonçalo Lourenço de Gomide (bisavô do

grande Afonso de Albuquerque) «senhor da quinta do Restelo junto ao sitio da Junqueira» (hoje do Ex.^{mo} Conde da Ega, proprietário do documento — informa Gouveia Pinto⁽¹⁸⁾).

Em 24 de Março de 1600, por escritura lavrada no tabelião António Vieira, foi ele vinculado a Aires de Saldanha, vice-rei da Índia, casado com D. Joana de Albuquerque, por onde, provavelmente, lhe viria a posse.

Até 15 de Janeiro de 1701 era ermo. Nessa data, João de Saldanha, presidente do Senado da Câmara de Lisboa, obteve de D. Pedro II alvará para aforar «ao longo da estrada e desde as escadinhas de Santo Amaro até Belém» umas tantas braças do seu terreno.

Acerca da família destes fidalgos escreveu um seu actual descendente, Ex.^{mo} Marquês de Rio Maior, opúsculo onde mostra os relevantes serviços por ela prestados a Portugal (apesar da origem castelhana com Diogo Lopes de Saldanha, vindo na comitiva da Excelente Senhora) durante as guerras da Restauração: vinte portadores do apelido se bateram e, desses, baquearam em combate nada menos de seis⁽¹⁹⁾.

Havia dois ramos aqui no bairro: o dos condes da Ega e o dos condes da Ponte. O solar dos primeiros foi teatro de cenas históricas durante a invasão de Junot, e do antigo esplendor queda a imponente sala pompeiana, a fachada e parte do Arquivo Histórico Ultramarino.

O mobiliário era riquíssimo em obras de toda a espécie. Mas os Egas extinguiram-se; finou-se longe, na fria Rússia, viúva de segundas núpcias, a formosíssima D. Juliana, encantadora filha da Marquesa de Alorna e Condessa de Oyenhausen (pelo casamento), a poetisa Alcipe; os tempos viraram... e resta só a lembrança do que passou.

Nos terrenos aforados vieram erguer-se vários palacetes: o que faz esquina para a Calçada da Boa Hora, boa construção do século XVIII, pertencente à família Mascarenhas Barros, é o primeiro, com jardim suspenso à altura do andar nobre e seus canteiros azulejados em torno.

Mesmo em frente, para o sul, existiu o curioso forte de S. João, tristemente célebre por nas masmorras subterrâneas terem jazido anos e anos muitas das vítimas de Pombal: Marquês de Alorna; Conde de S. Lourenço (que saiu um tanto transtornado psiquicamente); Conde da Ribeira; Conde de Óbidos; o infeliz D. Martinho de Mascarenhas, marquesito de Gouveia (o «Tancredo» da correspondência de Alcipe e noivo da irmã D. Maria), filho do Duque de Aveiro, e vários outros, por longos 18 anos encerrados.

Conta Beckford⁽²⁰⁾:

O velho S. Lourenço tem uma memória prodigiosa e uma ardente imaginação... Apesar de nunca ter transposto a fronteira de Portugal conta, com tão circunstanciados e plausíveis pormenores o que se passou e a parte que tomou no congresso de Aix-la-Chapelle que eu caí completamente no logro... e acreditei que elle tinha presenciado aquilo que não era mais que um parto da sua imaginação.

Tolentino chamava-lhe o «grande memorialão».

Do forte, nada, mesmo nada, o recorda. Que agonias contariam as pedras se falassem...

No lado norte da estrada seguia-se enfiada deveras notável de moradias nobres — verdadeiro ramalhete de casas solarengas — as quais, por felicidade, mudadas apenas de dono (quase todas são do Estado), permanecem intactas no aspecto exterior: palacete do Marquês de Valada, depois da Condessa de Porto Brandão e dos Soares Franco; o imponente palácio dos condes de Burnay, mandado construir em 1734 pelo principal César, irmão do 1.º Conde de Sabugosa, onde demoraram alguns patriarcas; o Infante D. Sebastião, filho de D. Maria Teresa, Princesa da Beira, e neto de D. João VI; e o Marquês de Sá da Bandeira. O Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina instalou-se lá há pouco.

Separado pela Travessa do Conde da Ribeira (Grande), encontra-se, com a elegante capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo — propriedade do meu prezado amigo José Rino Froes — o palácio daqueles titulares, descendentes dos condes de Vila Franca do Campo, por transformação do título em tempo de El-Rei D. João IV. Câmaras é o apelido e ergue-se-lhes o brasão sobre a porta principal, entrada do Liceu D. Leonor, aliás pèssimamente instalado. Aí morou o dramaturgo D. João da Câmara, o bondoso autor de *Os Velhos*.

Mandado erguer pelo Marquês de Niza (era local aprazível à beira-rio e o enorme casarão de Xabregas não servia para o Verão...) na quinta se levantaram barracas após o terremoto de 1755, nas quais o Conde de Atouguia, um dos desgraçados do patíbulo de Belém, viveu com a esposa, Távora, tão virtuosa quanto infeliz⁽²¹⁾.

Um pouco a oriente e para a banda sul, os condes da Ponte, também Saldanhas, como atrás dissemos, possuíam solar (donde o nome da travessa), no qual se instalou por compra, a sede da Companhia Carris. Era já o Asilo de D. Luís «confinante com a alameda da Junqueira», conta-nos o cronista daquela empresa, o querido amigo António Paes⁽²²⁾.

Dele resta a escadaria mostrando traça nobre e pouco mais.

Alcançamos a calçada e as escadinhas que nos levam em áspera subida à capela de Santo Amaro, deliciosa ermida a cavaleiro do antigo caminho ribeirinho do Tejo, ponto alto donde se desfrutava a mais maravilhosa vista sobre o rio e a Outra Banda até à barra — antes de «assassinada» pelas edificações autorizadas há pouco.

Um verdadeiro crime contra o bom gosto e a estética alfacinha!

A capelinha, monumento nacional, mas nem por isso respeitada, muito visitada por estrangeiros amantes da arte e desejosos de ver os espécimes de azulejos policromos adrede feitos para a galilé — e tão esplêndidos! — merece até pelo desenho (é circular) especial carinho. É obra de 1549, como se gravou no lintel da porta:

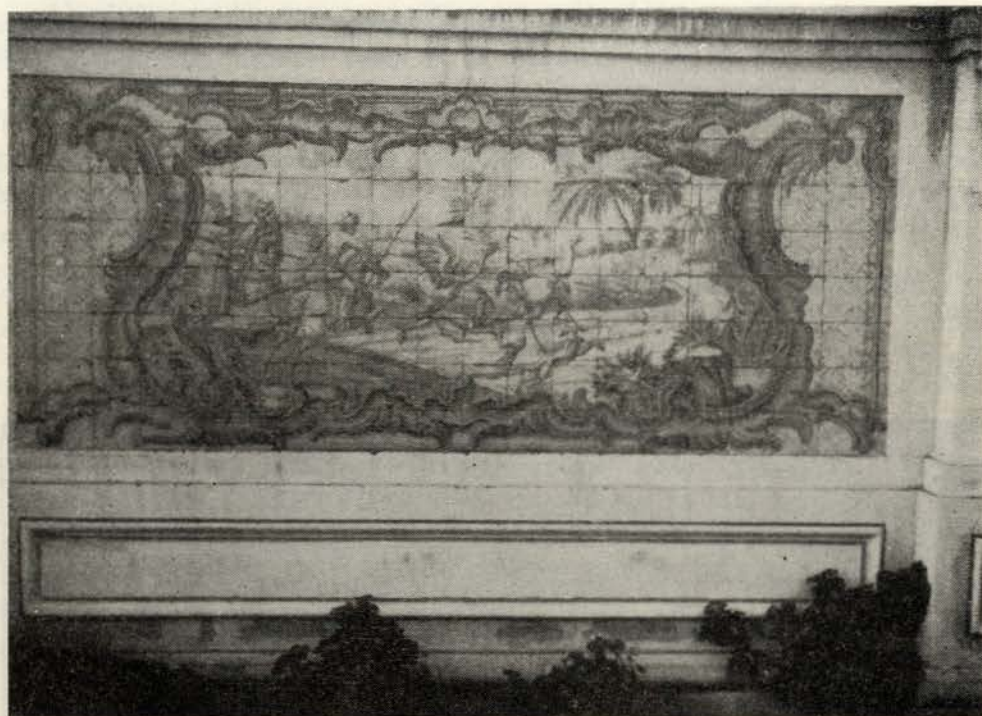
COMECOUSE A EDIFICAR ESTA ERMIDA DE SANTA AMARO A DOZE DIAS DE FRO DO ANO D. 1549 ANOS E AVIA SETE ANOS QUE HERA AQUI EDEFIQUADA A QUE AGVORA SERVE DE SAMCRISTIA

Há romaria, outrora muito concorrida, a 15 de Janeiro, por devotos vindos de longe a pedir, ou agradecer, auxílio para lesões ósseas dos braços ou das pernas⁽²³⁾.



Tanque do jardim do antigo palácio dos Marqueses de Abrantes

Cá em baixo demora a grande casa, em 1716 por José de Saldanha mandada fazer, pertença da Sr.^a D. Maria Emília Osório Alarcão e agora mudada de donos. Em 1868 lá residiu com a Princesa Maria Luísa (quem baptizou o célebre parque de Sevilha), seu marido o Duque de Montpensier, filho de Luís Filipe, rei dos Franceses, tio-avô da rainha D. Amélia, e cunhado de Isabel II de Espanha.



Painel de azulejos: caça à avestruz

Mete-se de permeio a Rua Luís de Camões e logo encontramos o palácio Sabugosa, solar dos César de Meneses, ainda habitado pelos seus senhores. É muito notável a sala de jantar, pintada a fresco uma paisagem brasileira a recordar o governo de Terras de Santa Cruz por um ascendente ilustre da família: Vasco Fernandes César de Meneses (Conde de Sabugosa), vice-rei do Brasil no século XVIII, fundador, na Baía, da Academia Brasileira dos Esquecidos. Os jardins e os restos de frondosa mata estendem-se ao norte, dando-lhes desafogo.

Mesmo contíguo, paredes meias, seguia-se o jardim — que deu motivo a esta crónica — e está em vias de desapareição, esmagado pela sapata da ponte sobre o Tejo.

E foi tão deleitoso! Em socalcos, com águas correntes de cascata bem ensombrada e ruas debruadas de murta, no alto mostrava em evidência um belo painel de azulejos azuis e brancos. Pela única vez vi desenhada em trajes do século XVIII uma caçada à avestruz, certamente raridade em toda a parte.



Caça à avestruz (pormenor)

Que pena! Mais uma relíquia que se vai, se desfaz, desaparece, no vórtice dos tempos, imolada ao progresso...

Era o regalo do palácio dos marqueses de Abrantes, com sua capela de Sant'Ana e S. Joaquim, antano rica de alfaias, paramentos e quadros, nada abalada pelo terremoto — porém destroçada pelos homens... Já quando Gomes de Brito a conheceu era ruína: hoje desapareceu de todo. E chegou a cognominar-se a rua de «S. Joaquim», a actual 1.º de Maio.

Descreve-nos com a sua «verve» de gentil-homem bem nascido, o Conde de Mafra, D. Tomás⁽²⁴⁾, cenas da sua vida passadas nesta casa, habitada ao tempo pelo Barão de Erick, Alexandre de Laxman, côsul da Rússia, possuidor de verdadeiro museu, de tapetes, loiças, quadros, pratos, vidros e leques, adquiridos por matuta e meia no meio ignorante lisboeta. Aqui faleceu Erick e deve ter sido imponente o funeral do barão, com guarda de honra prestada por marinheiros russos, em coro admirável de afinação e beleza, a cantarem, no trajecto fúnebre, motetes a 4 vozes.

Da vivenda (presentemente da família do Professor António Flores) existe a bem lançada escadaria nobre e alguns bons azulejos. Havia também o jardim... «Sic transit... omnia!» Mas faz dó!

Continuando o caminho, a dois passos rigorosos, topava-se o convento das Flamengas, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Quietação, a Quem ainda hoje se presta culto na igreja respectiva⁽²⁵⁾. O edifício, de claustro esbelto, foi transformado no Instituto Ultramarino para beneficência do Ministério da Marinha.

Fundação de Filipe II de Espanha, iniciou a construção, em 1582, Theodosio de Frias, «fidalgo da casa de S. Magestade, architecto e mestre de suas obras da cidade de Lisboa», conforme reza o epitáfio na lousa sepulcral no meio da igreja. Era de clarissas descalças, vindas dos Países Baixos, fugidas em 1586 à perseguição calvinista — e daí o cognome vulgar.

No chão da capela-mor, lado do Evangelho, tumultizaram as vísceras de D. Pedro II, finado no Paço de Alcântara, próximo.

??? JACET HIC PETRI
REGIS MORTALES SECUNDUM
COR VIVEBAT UBI
CONTVMVLATVR IBI

Neste cenóbio faleceu repentinamente, a 9 de Setembro de 1844, D. Frei Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu, autor muito estimado de Almeida Garrett. A ele se acolheram muitas clarissas do Recolhimento vizinho, fronteiro, do Calvário, no sismo terrível de 1 de Novembro, recolhendo-se outras a casas de parentes. Aqui foi abadessa D. Teresa Maria de Melo, filha natural do 1.º Duque de Cadaval (nasceu a 19 de Junho de 1667)⁽²⁶⁾.

No local da sacristia, adornada de arcazes sumptuosos de bom pau preto e chaparia de bronze delicadamente trabalhada, era o carneiro da família Sinel de Cordes. Da antiga opulência conventual pode avaliar-se

pela sala do capítulo, junto ao coro das freiras, conjunto rico de talha doirada. Aí se ostenta o «Retrato verdadeiro de N. S. da Oliveira de Guimarães» (1649) infelizmente em mau estado: dois anjinhos sustentam em cima, dum lado e doutro, o escudo real português.

Fronteiro, do outro lado, sul, da rua, quanto resta do Recolhimento do Calvário, na origem convento de Observantes⁽²⁷⁾ franciscanas, tornado quase ruínas pelo terremoto de 1755. Reconstruído, lá esteve a Escola Primária D. Pedro V (que meu filho frequentou) e uma esquadra de polícia. Deu o nome ao largo contíguo, no qual se vê o que foi, no passado, o Paço Real de Alcântara, em cujas salas se desenrolou a cena patética da prisão de D. Afonso VI pelo irmão D. Pedro, futuro D. Pedro II, e onde este veio a falecer em 1706. Há traços do primordial destino na Promotora de Educação Popular.

E estamos chegados ao fim da jornada. Falta sòmente uma saltada à paroquial de S. Pedro em Alcântara, «um dos mais antigos templos de Lisboa» (diz-nos Gomes de Brito) «transferido do coração de Alfama para este lugar». É fundação aqui de 1680 e ostenta algumas imagens boas e telas de Bento Coelho da Silveira (O combate de Constantino contra Maxencio: «In hoc signo vinces», e a Invenção da Santa Cruz por Santa Helena), a quem Racinski faz referência em ambos os seus conhecidos trabalhos⁽²⁸⁾,⁽²⁹⁾.

Pintor régio a partir de 10 de Setembro de 1678 por carta do Regente (D. Pedro II), morreu cerca de 1708⁽³⁰⁾. Muito produtivo — a quantidade supre a qualidade, ressentida da pressa com que trabalhava — gozou de muita fama e vários quadros são, na verdade, dignos de franco elogio⁽³¹⁾ na opinião de alguns críticos, os quais hiperbòlicamente o exalçaram: «Pintor dos Reis e Rei dos pintores»⁽³²⁾.



Nesta digressão, supostamente a bordo de galeota, ao bater cadenciado dos remos, mas possível de realizar através do mau caminho rente aos areais do Tejo, em berlinda, ao trote regular de boas mulinhas de Alter — meios ambos de condução confortáveis e elegantes da época — passámos revista em rápida panorâmica, às construções de algum valor espalhadas ao longo da margem setentrional.

Como fomos anotando, delas poucas se mantêm fiéis ao fim para que se ergueram: de posse dos primitivos senhores só uma — o palácio Sabugosa, aqui em Santo Amaro. Dele, o ilustre conde António Maria José de Melo e Silva César e Meneses datou os interessantíssimos estudos históricos que lhe grangearam nome nas letras.

Das igrejas desapareceram a do Calvário, a de S. Joaquim e a das Salésias; dos conventos, nenhum se mantêm como tal, afora o do Bom Sucesso — por ser... irlandês. De todo o restante, ou tem donos diferentes, a quem ainda presta agasalho familiar, ou são repartições estaduais; ou, então, sumiu-se nos escombros...

Desaparece agora, sob um pilar da ponte nova, mais um resquício, um vestígio, de antanho.

Há quase um século, o engenheiro Miguel Pais propôs essa obra, mas a partir do Montijo para o Beato: poupava a cidade, o porto, e servia as instalações fabris do Montijo, Seixal e Barreiro, ligando directamente este nó ferroviário para Sacavém, Alhandra e Póvoa. Mas...

«Dicerunt Paduani»!! Isto é, pronunciaram-se os técnicos e, fossem quais fossem as razões, o caso está arrumado. Ai daqueles a quem a ponte esmagou, soterrou e expulsou de suas residências. «VAE VICTIS!»

Sob o Escalda, em Antuérpia; sob o Mosa, em Roterdão; sob o Mersey, em Liverpool; sob o Elba, em Hamburgo; sob o Sena, em Paris, construíram-se túneis subaquáticos. Que pena tal se não fazer em Lisboa!

DICERUNT PADUANI!



Mais uma relíquia de Lisboa Velha vai sumir-se, mais uma lembrança dos tempos de antanho se esvai; mas o progresso continua, o aço pontifica — não trazendo, todavia, maior felicidade espiritual aos povos.

... Lisboa velhinha, Lisboa de setecentos, vais morrendo aos pouquinho! Um sismo te derrubou e fez nascer uma capital nova. Que o século XX te não desfeie, «cidade de mármore e granito, rainha do Oceano!»

LAUS DEO

NOTAS

- (1) A sede da Câmara era na Rua do Calhariz, à Boa Hora, hoje escola primária, onde lápide na frontaria relembra o facto.
- (2) Meyrelles do Souto, *Médicos e Santos*, 1945.
- (3) Meyrelles do Souto, *Portugal no passado e no presente* (Estudos), 1923.
- (4) Costa Ramalho e Nogueira de Brito, *Torre de Belém*.
- (5) D. António Caetano de Souza, *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*.
- (6) Maria Amália Vaz de Carvalho, *A marquesa de Alorna*.
- (7) Sampaio Ribeiro, *Do sítio do Restelo e das suas igrejas*.
- (8) Sampaio Ribeiro, *Da singularidade e das anomalias da iconografia do infante D. Henrique*.
- (9) César da Silva, *Os Jerónimos*.
- (10) Pedro de Azevedo, *O processo dos Távoras*.
- (11) Conde de Tovar, *Para a última instância do processo dos Távoras*.
- (12) José Dias Sanches, *Belém e arredores através dos tempos*.
- (13) Gomes de Brito, *Ruas de Lisboa*.
- (14) Artur Lamas, *A casa nobre de Lázaro Leitão*.
- (15) Albino Neves da Costa, *Nação Portuguesa*, vol. VII, fasc. X.
- (16) José Martins dos Santos, «A cordoaria nacional e a sua história», in *Ecos de Belém*, de 12 de Outubro de 1960.
- (17) Gilberto Monteiro, *Esboço histórico do Hospital de Belém*.
- (18) Conde de Tovar, *O escrivão de puridade*.
- (19) Marquês de Rio Maior, *Serviços de Saldanha na Restauração de Portugal*.
- (20) Beckford, *A corte de D. Maria I*.
- (21) Padre Valério Cordeiro, *A última condessa de Atouguia*.
- (22) António Paes de Sande e Castro, *Do Rio a Londres por Lisboa*.
- (23) Luís Moita, *A ermida de Santo Amaro*.
- (24) D. Thomaz de Mello Breyner, *Memórias*.
- (25) No *Santuário Mariano* chamam-lhe Nossa Senhora da Saudade. Frei Agostinho de Santa Maria diz que as freiras eram «capuchas da 1.ª Regra».
- (26) *A cidade de Évora*, n.ºs 43 e 44.
- (27) Meyrelles do Souto, *O arcebispo de Cranganor D. Frei José Joaquim da Imaculada Conceição Amarante*.
- (28) Racinski, *Les Arts au Portugal*.
- (29) Racinski, *Dictionnaire historique-artistique du Portugal*.
- (30) Xavier da Costa, *As belas artes plásticas em Portugal durante o século XVIII*.
- (31) Meyrelles do Souto, *Portugal no passado e no presente*.
- (32) Sousa Viterbo, *Artes e artistas em Portugal*.



CURIOSO ASPECTO DE LISBOA

Reproduz esta gravura uma pintura a óleo pertencente ao Museu de Arte de Providence, capital do Estado de Rhode Island (Estados Unidos da América do Norte), feita em Lisboa na segunda década do século XIX (1817), ignorando-se o nome do autor, que tanto pode ter sido artista local como qualquer desses pequenos mestres estrangeiros, que pela nossa capital andavam na época.

Abrange muito restrita parte da cidade: a primeira casa construída na Rua da Arriaga, único imóvel então existente nesta artéria, vê-se no primeiro plano; no segundo, traseiras de várias edificações da Rua do Olival, arruamento por onde tem entrada a sacristia da Igreja de S. Francisco de Paula, templo apresentado em terceiro plano e cuja frontaria se encontra voltada para o Tejo. Esta igreja, que pertencia ao convento dos religiosos Mínimos Franciscanos e é hoje sede da paróquia da mesma invocação, foi delineada pelo arquitecto Inácio de Oliveira Bernardes na primeira metade do século XVIII, sendo o projecto das torres de Giacomo Azzolini, arquitecto italiano que veio a Portugal a convite do seu colega da mesma nacionalidade João Bibiena.

Panorama vasto é o abrangido pelo quadro em referência e concernente à margem esquerda do Tejo, vendo-se Cacilhas e muitas edificações à borda do rio e outras mais distantes e, ao fundo, a serra da Arrábida. Bem visível, no alto das elevações mais próximas, a vila de Almada.

NOS COMEÇOS DO SÉCULO XIX

A Rua da Arriaga foi aberta nos terrenos da quinta de Buenos Aires, pertença de Guilherme Street de Arriaga e Cunha Brum da Silveira, segundo administrador do vínculo de Carnide, intituído por seu irmão José no ano de 1784. A primeira casa deste arruamento — acima referida — pertenceu a uma filha do mesmo Guilherme Street, pelo que a serventia passou a ser designada por *da Arriaga*.

Como se depreende do quadro, ainda na época em que foi pintado não existiam nesta rua outros imóveis. Hoje, do lado sul (isto é, o da referida casa) encontram-se vários prédios de habitação. Entre estes, alguns dos quais com pequenos jardins confinantes com a via pública — edificações do final do século XIX —, conta-se um templo protestante: a St. Andrew's Church of Scotland (Lisbon Presbyterian Church). Na sua maior extensão, o lado norte da Rua da Arriaga é ocupado pelos jardins da Embaixada de Inglaterra.

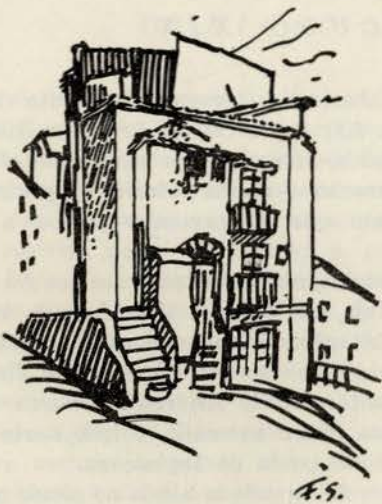
A quinta de Buenos Aires foi ampliada ainda no século XVIII, devido à aquisição de terrenos que pertenciam ao conde de Redondo e ao desembargador José Januário de Carvalho, pelo que ficou atingindo a actual Rua do Sacramento. Possivelmente a esta propriedade, é evidente que com outro nome, ou às suas proximidades, se refere a tradição de terem existido — no local da actual igreja de S. Francisco de Paula — habitações pertencentes à família de Santo António de

Lisboa, que todo o mundo conhece como de Pádua. Tal tradição originou um dos mais notáveis números do programa das festas comemorativas do VII centenário do nascimento do famoso Santo olisiponense: o cortejo fluvial que, do cais de Santa Apolónia ao de Santos, acompanhou uma sua imagem, conduzida no bergantim real, a qual foi depois levada solenemente até àquele templo.

À primeira casa da Rua da Arriaga correspondem hoje os números de polícia 31 a 37. O quadro não chega a apresentar o piso térreo, pois as sete janelas de sacada da frontaria são do primeiro andar. Este prédio mudou, mais de uma vez, de proprietário, pertencendo presentemente aos Srs. Miguel Poppe e Irmãos. Encontra-se muito modificado, com valiosa ampliação, tendo segundo andar a toda a largura em forma de mansarda e mais outro piso, este recuado.

A traça do edifício foi respeitada. Mesmo internamente, não obstante ter todos os requisitos de habitação moderna, foram sãbiamente conservadas as características da época inicial, com a sobriedade própria, à qual não falta elegância. Excelente prova de boa orientação, sobretudo nesta cidade onde, quanto a obras desta finalidade, tanto há a censurar. Aqui se regista o merecido elogio a tão ilustrados proprietários e ao distinto architecto a quem é devido o projecto da remodelação: o Sr. Guilherme Rebelo de Andrade.

J. E. S.



ALFAMA

O nosso prezado Sócio fundador, lisboeta de nascimento e Vice-Presidente da Assembleia-Geral, Senhor Teodoro Lopes Ramos, inspirado na magia da nossa Alfama, compôs o soneto que aqui se publica. Dupla homenagem ao bairro vetusto da nossa Lisboa e ao autor, de tão sentida paixão olisiponense.

Alfama... És um bairro de Lisboa,
Com ruelas estreitinhas, sinuosas,
Varandas donde surgem lindas rosas
E altivo miradouro (a tua coroa).

Nos terreiros do teu burgo ressoa
A voz de tristes Moiras donairosas;
Tuas pedras são relíquias preciosas
Do Passado: a História o apregoa!

Vêlhinha, mas encantas quem te veja,
E o «Amigo de Lisboa» te corteja
A fim de que, no seu culto bairrista,

Num bem longo futuro anteveja
Conservar-se o valor que te deseja,
P'ra que à tua sedução ninguém resista.

TEODORO LOPES RAMOS



O cruzeiro em 1906

O Cruzeiro de Santo Estêvão

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

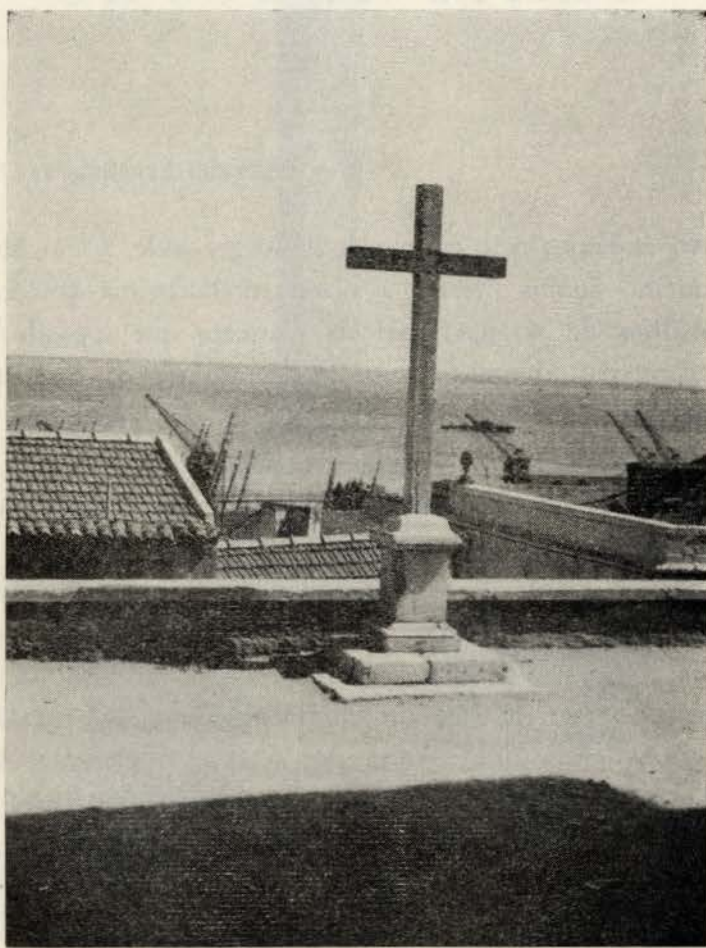
QUANDO andámos pelo castelo de S. Jorge, onde, a convite de Matos Sequeira, fomos prestar a nossa modestíssima colaboração nos trabalhos de arranjo final da maquete que reproduz a *Lisboa Joanina*, aconteceu, algumas vezes, atardarmo-nos os dois, em ameno cavaco, junto ao parapeito da antiga bateria dos morteiros, donde se abarca toda a cidade.

Da Lisboa de ontem se falava quase sempre, com aprazimento e proveito nosso, pois Matos Sequeira era inesgotável em tal matéria e possuidor do raro mérito de não fazer segredo do muito que sabia.

Ora aconteceu que, certa tarde, a conversa versou sobre os antigos cruzeiros da cidade. E vieram à balha os desaparecidos da Esperança, do Cota-que-farás, da Cruz de Pedra, de Buenos-Aires, da Cruz do Tabuado, da Galé, das Olarias, da Carreira dos Cavalos, de Santa Apolónia e outros que o tempo, os homens e o camartelo demolidor não pouparam. E citaram-se os ainda existentes: o de Arroios, recolhido na igreja paroquial, o da Senhora do Monte, o de Santo António da Convalescença, hoje nos jardins de uma residência particular ao Campo Grande, o de S. Lázaro, arrecadado no Museu Arqueológico, e o de Santo Estêvão,

erecto em 1669, a sul do adro da paroquial alfamista e hoje deslocado, não se compreende bem porquê, do local onde assentou durante muitos anos.

A propósito deste último dizia-nos Matos Sequeira que o cruzeiro actual diferia sensivelmente daquele que seria de considerar como o primitivo. E acrescentava ter ideia de haver visto, não se lembrava bem onde, estampa, desenho ou fotografia que claramente comprovava tal divergência. E por aqui ficámos.

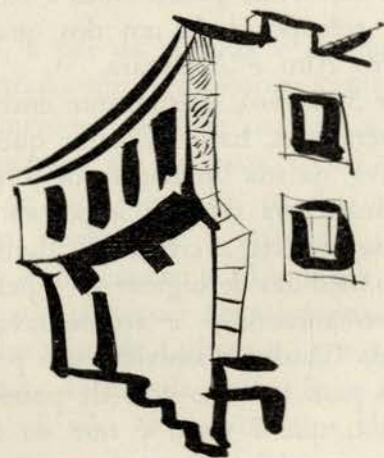


O cruzeiro antes de ser deslocado

Ora aconteceu que, folheando um dos volumes da conhecida revista *Serões*, topámos com uma fotografia feita por Artur Bárcia, prestimoso olisiponense e devotado colaborador de Júlio de Castilho. Reproduz o cruzeiro de Santo Estêvão e deixa-nos supor que será aquele o elemento iconográfico a que Matos Sequeira se referia.

É bastante elucidativa e vem impressa a pág. 188 do II vol. dos *Serões* – Lisboa, 1906 –, ilustrando um artigo de Vítor Ribeiro. Aqui se dá à estampa, agora numa reprodução, em desenho à pena, da autoria do consócio e nosso amigo Júlio Frederico Rodrigues Ribeiro. E para que seja possível um seguro confronto igualmente se publica um aspecto fotográfico do cruzeiro actual.

Fazem-se obras em Alfama. Porque não se reintegra o vetusto cruzeiro na sua forma primitiva e porque não é repostado no local onde se conservou durante tantos anos? Parece-nos que uma e outra coisa em nada ofenderiam a estética.



LISBOA-1858

Fragmentos da palestra *Alguns aspectos dos tempos de D. Pedro V e da Lisboa romântica* proferida no Colóquio Ulisiponense realizado no dia 28 de Junho de 1962

por J. CARIA MENDES

... ..

O ano político de 1858 não nascera bonançoso. Vivia-se então a época do mais puro liberalismo. A vereação da Câmara Municipal de Lisboa fora dissolvida pouco antes e havia que eleger de novo os doze vereadores — três por cada um dos quatro bairros da cidade: Alfama, Rossio, Bairro Alto e Alcântara.

Na *Revolução de Setembro*, diàriamente encimada com o nome dos doze candidatos regeneradores, Latino Coelho, que há bem pouco iniciara a vila política, afirmava, na sua linguagem de jornalista austero e digno, que a eleição da Câmara era deveras importante pois que «a capital é o espelho em que se reflecte a civilização dum povo». Recomendava o aperfeiçoamento das medidas de higiene — o período trágico das epidemias terminara no ano anterior — e aconselhava: «os cidadãos devem votar nos vereadores da Câmara dissolvida, não para fazer acto de opposição ao ministério mas para fazerem acto de pundonor municipal» (3 de Janeiro de 1858). E o que é certo é que «o município triunfou da invasão do executivo e os eleitores mostraram ao Governo que não se ofendem impunemente os seus foros», pois «o alegar uma necessidade pareceu uma injúria e a Câmara foi dissolvida». «Nunca nenhuma eleição foi tão significativa como esta» — escrevia António Rodrigues

Sampaio, no seu jornal do dia 10 de Janeiro. Adivinha-se, nestas linhas, o irrequieto e nobre Rodrigues Sampaio que dirigira o *Espectro*, essa aguerrida e pertinaz folha, meio jornal meio panfleto, que, apesar de tantas rusgas e de tantas perseguições, sempre foi aparecendo e circulando, como verdadeiro espectro, ferindo duramente a sociedade, os costumes e os políticos; adivinha-se nelas o «Sampaio da Revolução» que sempre foi duma inigualável grandeza de alma, que morreu pobre como sempre vivera e que é, sem dúvida, das maiores figuras do nosso jornalismo dos meados do século passado.

... ..

E Lisboa, a romântica e mexeriqueira Lisboa que acabara de conhecer os amores fidalgos e fadistas do Vimioso e da Severa; a Lisboa dos pregões, das segas e das traquitanas; a Lisboa do doce e patriarcal Passeio Público, das peças teatrais do Ginásio e do D. Maria; a Lisboa das óperas e das bailarinas do S. Carlos?

Pobre Lisboa que acabara de sair de duas trágicas epidemias. A de cólera matara mais de 3500 habitantes e a de febre amarela roubara para cima de 5000 vidas ao velho burgo alfacinha, que teria então umas 175 000 almas.

Nessa Lisboa onde, a par da nobreza e da burguesia endinheirada, vivia, esquecido mas honrado, um povo economicamente miserável — mais de metade dos enterramentos faziam-se na vala comum —, havia uma certa aparência de riquezas e até de luxo, como se as dificuldades de dinheiro e os apertos de vida de todos os dias não contassem muito para o lisboeta. Ontem como hoje... «tristezas não pagam dívidas».

Nas casas fidalgas e burguesas, o jantar era, como ainda hoje é, a refeição solene, realizada já depois do sol posto. Saborosamente cozinhado, regado com vinho tinto de Colares e branco de Arinto, o repasto terminava sempre com uns doces cuja confecção a anfitriã dirigira atarefada e caprichosamente. E não havia ainda luz eléctrica...

Depois ia-se ao teatro ou fazia-se serão.

Os jantares e os serões no palácio do Duque da Terceira ou de Palmela e, sobretudo, no paço, que até tinha teatro, dos Condes de Faro, ali a Sete-Rios, criaram uma fama que chegou aos nossos dias.

Frequentava-se muito o teatro. Todo aquele que se prezava tinha assinatura no Real Teatro de São Carlos, o que lhe dava tom. A assinatura era a chave do próprio camarote e o assinante considerava-se nele como em sua própria casa. E como os camarotes eram incómodos, sem tapetes e com bancos de pau, cada um levava as almofadas e o que lhe parecia mais conveniente. E chegou esse cuidado ao ponto de o camarote do Conde de Farrobo, que ficava junto da boca de cena, estar faustosamente ornamentado.

Nos intervalos, recebiam-se ali — como em sua própria casa — os cumprimentos e as visitas dos amigos e dos clientes.

Cantavam-se, nesse ano de 1858, as óperas *A Sonâmbula*, *Ana Bolena* ou a *Norma* ou ainda a zarzuela *La Catalina*.

O empresário, um tal italiano chamado Vicente Corradini, explorava, sempre que podia, os assinantes na qualidade da representação. Vinha por isso pateada. Ruidosas e célebres pateadas soaram pelo S. Carlos. E tão ruidosas e sonoras que chegaram a ser discutidas na Câmara dos Deputados e no Governo. Acabaram, por isso, por só ser toleradas no final do espectáculo e «sempre com moderação» — como dizia o edital.

«Nos camarotes, nas platéias, tudo gente conhecida.

Sócrates, o pai da filosofia, nunca saíra de Atenas. Nós, que não somos menos sábios do que ele — basta sermos todos conselheiros — não saímos nunca de Lisboa e por isso todos aqui nos conhecíamos e saudávamos. Senhor conselheiro. Caro conselheiro. Caríssimo conselheiro e amigo. Adeus para um lado, adeus para o outro. A família portuguesa. Toda a nossa gente: parentes, vizinhos e amigos. População flutuante: dois brasileiros e um inglês» — escrevia saborosamente Bordalo Pinheiro (*Teatros de Lisboa*).

No D. Maria, no «malfadado D. Maria que abriu para logo fechar — primeira ratice —», representava-se, então, *O Legado do General* e *Rapaziadas*, com actores cujos nomes ficaram inolvidáveis na história do nosso Teatro: Emília das Neves, Rosa (pai), Tasso, Epifânio, António Pedro, Sargedas.

No Ginásio, o actor Taborda desempenhava *O Senhor José do Capote* — o José do Capote era um contratador de bilhetes e cauteleiro, figura típica da Lisboa do tempo.

Havia ainda outros pequenos teatros. No Teatro do Salitre, que vinha de 1786 e que durou até 1879, ao fundo da Rua do Salitre, que era um incómodo e estreito barracão, apenas com uma porta, representavam-se *As Covas de Salamanca* e *A Lotaria do Diabo*, e havia varie-

dades com ginastas, pelotiqueiros e balarinos... O Teatro da Rua dos Condes... No Trindade apareceriam, mais tarde, Rosa Damasceno, Ana Pereira, Delfina, João Rosa e Brasão. Dois anos depois, inaugurava-se, também ao cimo do Passeio Público, o Circo Price, de que talvez alguns dos mais idosos «alfacinhas» ainda se recordem.

E para aqueles que não entravam nos palácios nobres e não iam ao teatro, havia ainda os serões e os bailes da «Academia Filarmónica de Lisboa» ou do «Club Lisbonense». O Grémio Literário era para a alta sociedade mas de literatura o que se exigia aos seus membros é que, pelo menos, conhecessem... as letras.

Nos cafés, nos teatros, nos serões e em família, discutia-se a «Charles et George», comentavam-se as lutas da unificação italiana — a ocupação austríaca, a revolta de Milão, a vitória de Magenta, Garibaldi, Victor Manuel — e apreciava-se o progresso: os caminhos de ferro com a sua «linha de telégrafo eléctrico paralela»...

Os trabalhos dos caminhos de ferro tinham-se iniciado, no Beato, em 1853, e a inauguração da linha, até ao Carregado, efectuou-se em Novembro de 1856. Se algum leitor quisesse, nesse ano de graça de 1858, viajar por intermédio da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, teria de saber que: «De Lisboa para a Ponte de Asseca, haverá diàriamente os seguintes comboios: um, de manhã, às 7.50, e dois, de tarde, às 3 e às 6. De Lisboa para o Carregado — todos os dias, à uma hora da tarde», como anunciavam os jornais, a toda a largura das últimas páginas.

Ditosos tempos.

E já agora é possível que tenham também interesse em saber, por outro anúncio, que as viagens para o Brasil, no vapor português de primeira classe — o «Amazonas» —, custavam:

Para a Baía — 126\$, 99\$ e 45\$, em 1.^a, 2.^a e 3.^a classes;

Para o Rio — 144\$, 117\$ e 45\$, respectivamente.

Curiosa Lisboa.

... ..

Quando havia incêndio, os sinos repicavam quinze badaladas, como o fizeram «esta noite, perto das 7 horas», porque começou a arder o laboratório de química do Sr. Barral, na Rua Arco de Bandeira.

Quando os meninos e as meninas vestiam «fatos de anjinho com nuvens à brasileira, preparados de novo» que se alugavam na Travessa da Assunção, 35 - 2.º andar;

Quando, chegado o Verão e os jornais anunciavam que, na noite de S. João, haverá baile na barca de banhos «Deusa dos Mares», iluminada, cheia de bandeiras e festões de flores; que no Café Freitas, na Praça de D. Pedro — o velho Rossio cuja estátua estava ainda por acabar — «servia-se sorvette preparado com esmero e bem gelado», e se pedia «à Câmara que faça efectivas as posturas que proibem que ninguém se banhe no Tejo, sem estar decentemente resguardado. Estão por essas praias, soldados e gente do povo lavando-se completamente nus». E discutem-se agora os fatos de banho de uma ou duas peças...

Se adocessesemos lembrar-nos-íamos logo de outro anúncio: «Casa de saúde, no largo do Monteiro, à Estrela. Quarto de 1.ª ordem — 1\$200 por dia; quartos de 2.ª ordem — \$800 por dia. Recebem-se as pessoas que quiserem acompanhar os doentes. Dão-se facultativos, enfermeiros, remédios e alimentos, permitindo-se que os doentes se tratem com os facultativos que não pertencem à casa».

E se desejássemos tirar o retrato: «A. Fillon. Retratos sobre papel, desde a escala microscópica até à maior dimensão. Estabelecimento fotográfico com jardim. Rua das Chagas, 13».

Engenhosa, verdadeiramente engenhosa, era a forma de cobrar dívidas atrasadas ou caídas no esquecimento: «Atenção leitores. Roga-se ao Sr. F. R. E. que venha saldar as suas contas à Rua dos Algibebes n.º 85, loja de barbearia de João Santos Vieira, no prazo de 48 horas depois deste anúncio. Caso falte, o seu nome será publicado por toda a imprensa, para que o público fique conhecendo o seu bom comportamento». Não sabemos se o devedor saldou ou não a sua conta, mas o que é certo é que o barbeiro João Santos Vieira, da Rua dos Algibebes, não revelou, nos jornais, o nome do «caloteiro» F. R. E. Vamos experimentar o método?

Alvará e Estatuto

*duma associação de socorros mútuos,
talvez a primeira que existiu em Lisboa,*

1845

Este comentário ao velho diploma mutualista é dedicado ao meu ilustre colega, condiscípulo amigo e Secretário-Geral, Doutor Eduardo Neves.

por GILBERTO MONTEIRO

ABRE com o alvará assinado pela Rainha Dona Maria II e pelo seu primeiro-ministro António Bernardo da Costa Cabral. Achamos interessante copiá-lo integralmente:

Eu A Rainha, Faço saber aos que este Meu Alvará virem que Tomando em consideração o que Me foi representado por parte da Mêza da Sociedade de Beneficencia estabelecida n'esta Capital com a denominação de = Sociedade de Auxilios Mutuos = pedindo a necessaria approvação dos Estatutos da mesma Sociedade; e Attendendo outro sim ao parecer do Conselheiro Procurador Geral da Corôa, com o qual Me confôrmo: Hei por bem approvar e confirmar os sobre-ditos Estatutos da Sociedade de Auxilios Mutuos, que baixam com este, escriptos em cinco folhas de papel sellado, todas rubricadas pelo Conselheiro Official Maior e Secretario Geral do Ministerio do Reino, Barão de Tilheiras; ficando a mesma Sociedade sujeita á vigilancia e fiscalização da competente Authoridade Administrativa, á qual incumbe empregar todas as providencias e cautellas necessarias que os mesmos Estatutos sejam fielmente executados, e os fundos da Sociedade administrados com a maior inteireza e zelo, e de modo que não possa resultar justo motivo de queixa ao geral da Sociedade, ou a cada um dos n'ella interessados. Pelo que Mando a todos os Tribunaes, Authoridades e pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumprão e guardem tão inteiramente como nelle se contem. Não pagou Direitos de Mercê, nem de Sêllo, polos não dever. E por firmeza do que dito é, lhe Mandeí passar o presente Alvará, que vai por Mim

assignado e sellado com o Sello das Armas Reaes. Dado no Paço de Belem em onze de Fevereiro de mil oito centos quarenta e cinco.

(assinado) *R A I N H A*

(assinado) *António Bernardo da Costa Cabral*

Aqui colado está o selo real em relevo.



Seguem-se os estatutos em papel selado a 40 réis cada folha, todas rubricadas pelo Barão de Telheiras, governador civil. São 10 capítulos com 80 artigos assinados pelo presidente Joaquim António Saraiva do Valle Abrantes, pelo 1.º secretário Francisco José Salustiano de Mesquita e pelo 2.º secretário António José da Silva. Tudo registado no Governo Civil no liv. 4.º a fls. 1918.

Impossível é fazer uma análise ainda que sucinta a este estatuto, por enfadonho e inútil, mas citar o artigo 11.º que diz «nenhum associado será socorrido com Cirurgia e Botica quando exista fóra das Portas da Cidade». A Sociedade era a mais ciosa possível da cidadania lisboeta e ao mesmo tempo poupava os seus facultativos.

Era de Lisboa e não do seu termo ou arredores.

No capítulo VII são expostos os deveres e direitos dos facultativos, que são dois, e a cada um pertence uma das divisões da cidade, Oriental e Ocidental, e a distribuição dos doentes será feita entre os dois «amigavelmente» e as zonas serão alternadamente de um e do outro de maneira que «nem os socios sofram nem a Sociedade seja prejudicada».

Ressalta desta disposição estatutária a consideração então devida aos médicos a quem era conferido o privilégio de tomar decisões administrativas em reuniões conjuntas com os directores. Compare-se com o que se passa hoje!

O mutualismo é uma palavra de grande significado social, económico e médico. Quem não terá conhecido as associações de socorros mútuos a que o povo dava o nome de montepios? Essas associações tão úteis realizavam eficazmente a assistência por toda a sociedade, mas sobretudo onde a sua acção era mais marcada, pela oportunidade, era nas classes de economia mais débil, onde o cobrador ia semanalmente receber a quota a cada família, de um ou mais sócios, assim garantindo a assistência médica e a ajuda pecuniária por um pequeno subsídio que compensava a falta

Eu, A Rainha. Faze saber aos que este, Meu
Alvará vierem, que havendo em consideração e que Me
foi representado por parte da Mesa da Sociedade de Be-
neficiência estabelecida nesta Capital com a denominação de
Sociedade de Auxílios Mutuos - pedindo a necessária ap-
provação dos Estatutos da mesma Sociedade e Attendendo entre
outros ao parecer do Conselho Superior Geral da Cida, em re-
sposta a Me conferencia. Me por bem Approvar e Confirmar os
seguientes Estatutos da Sociedade de Auxílios Mutuos, que
baixam com este, escriptos em cinco folhas de papel sellado,
todas rubricadas pelo Conselho Superior. Haer e Secretarie
Gerao do Ministerio de Reino. Dado de Villaverde, foy cinco
a mesma Sociedade sugere a regularidade e foytificação da res-
ponsabilidade Administrativa, a qual incumba compe-
tar todas as providencias e medidas necessarias para que os me-
mos Estatutos se cumpram fielmente e os fundos da Sociedade
Administradores com a maior integridade e zelo e de modo que não
pouca ajustar posto motivo de quiza ao geral da Sociedade,
em a casa sua vez nullo interpedir. Dito que Haer a
suaes ex Sublevar. Autoridades e pepear, a quem e contra
civemente este Alvará posterior e cumprado e guardado tua
integramente como nelle se contém. Não pague Direitos
de Mesa nem de Felle pelo que vier. E por primeira vez
que este e, the Haer o papel e presente. Alvará que vai
por a Mesa assignado e sellado com a Felle das Armas
Reaes. Dado no Palacio de Belem em vize de Se-
xta-feira de mil e oitocentos quarenta e cinco.

Rainha

Antonio Pimenta de Albuquerque

da féria não percebida por ausência do doente no seu emprego profissional. Tudo isto se realizava e bem, sob a direcção, fiscalização e devoção de homens pouco instruídos, pobres, modestos e quantas vezes fatigados por profissões duras mas servidos pela força invencível da convicção, da fé e do civismo.

Este estatuto representa um padrão da assistência na doença não só em Lisboa mas em Portugal. Em 1845 o País fazia uma tentativa de actualizar a sua vida social bastante em atraso. O regime político da governança tinha mudado e estava-se tentando novas modalidades de melhorar o viver dos Portugueses. A assistência mutualista começava a estender a sua actividade útil, simples e barata *sem doutores além dos médicos*. Tudo se fazia em concordância com tradições e com verdadeira democracia, governando os que tinham interesses mediatos os que recebiam serviços imediatos da instituição, tudo finalmente bem e a bem de todos.



RELATÓRIO
da
JUNTA DIRECTIVA
relativo ao ano de 1962

Ex.^{mos} Consócios:

Nos termos do art. 33.º dos nossos Estatutos vimos apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório resumido da nossa actividade durante o ano que ora finda — 1962.

Foi o seguinte o movimento dos sócios:

Existiam em 31-12-61	1205
Foram admitidos durante o ano	74
Foi readmitido	1
	1280
<i>Total</i>	1280
Faleceram durante o ano	21
Foram demitidos nos termos regulamentares	80
	101
<i>Existem nesta data</i>	1179

Os sócios falecidos foram os seguintes:

- 28 — Erico Braga
- 32 — Eng. D. Francisco Assis de Almeida Nazareth Mendia
- 99 — Prof. Dr. José Saraiva
- 196 — Alberto Rebocho Costa
- 337 — José Eduardo Sobral Fernandes
- 388 — Raimundo Alves
- 441 — Eng. José Carlos dos Santos
- 771 — João da Costa
- 1018 — Francisco Augusto Romeiras

- 1150 — Armando António Martins Figueiredo
 1259 — Herbert Edward Hover Gilbert (da Fábrica de Loijas de Sacavém)
 1341 — J. Castelo Lopes
 1725 — Eduardo Colaço Anjos
 2012 — João Rosa Ferreira
 2013 — Francisco Duarte Resina
 2261 — Manuel Marques Saldanha
 2432 — Major Manuel Caldeira Cayola Bastos
 2578 — Eng. José C. Mazzioti Salema Garção
 2666 — Coronel Joaquim S. Barcelos Júnior
 2923 — Prof. Doutor José Beleza dos Santos
 3282 — D. Eduardo Veiga de Araújo

Ao propormos um voto de sentimento pelo passamento destes nossos estimados consócios, devemos especializar os nomes de Erico Braga, nosso sempre solícito e eficiente colaborador, Eng. D. Francisco Mendia, de há muito membro dos nossos Corpos Gerentes, Dr. José Saraiva, austero colaborador, todos sócios fundadores, que foram companheiros desde as primeiras horas, e Eduardo Colaço Anjos, autor de uma miniatura, em cartão, da Torre de Belém, e Francisco Resina, o mafrense apaixonado da Ajuda, com fervoroso culto por Herculano, e D. Eduardo Veiga Araújo, que galhardamente nos recebeu, há tempo, na sua Herdade do Mouchão da Póvoa.

A actividade cultural do Grupo, durante o ano abrangeu:

Visitas de estudo	11
Colóquios Olisiponenses	3
Exposições	7
Conferências na sede	5
Jantar de confraternização	1
Sessões de cinema	1
Circuitos periféricos	2
Sessões solenes	1

É de notar que, de uma maneira geral, todas as realizações não trouxeram encargos para o Grupo, havendo até como resultado final um saldo positivo de 254\$95, nesta rubrica, embora se tenham pago algumas realizações de 1961.

O número de ofícios expedidos durante o ano foi de 385.

Não tomámos parte este ano na Feira do Livro, por impossibilidade na construção da nova barraca adoptada, embora tivéssemos sido convidados pelo Grémio Nacional dos Editores e Livreiros de Portugal.

Durante o ano, além do movimento de permutas do OLISIPO e de várias ofertas para a nossa Biblioteca, devemos especificar as ofertas, já mencionadas no OLISIPO, das quais há a destacar dois quadros com, respectivamente, uma litografia e uma água-forte com motivos olisiponenses, ofertas do nosso consócio n.º 3371, o Professor de Belas Artes Sr. Pedro Jorge Pinto; um desenho à pena do nosso consócio n.º 2045, Sr. Luís Trindade; uma pintura a têmpera representando Santo António, oferta do nosso consócio n.º 3317, Sr. J. M. Figueiredo Sobral, obra esta que mereceu o terceiro prémio na Exposição Antoniana do Estoril. Estas três ofertas foram sequência das exposições que estes consócios realizaram na nossa sede. A Ex.^{ma} Sr.^a D. Beatriz da Silva dos Reys e Sousa, os nossos consócios, Dr. Giberto Monteiro, Dr. Francisco Cândia, António Pimentel Tolento e Prof. Ernesto Soares ofereceram várias espécies, como gravuras, prospectos e livros, como já se mencionou. No capítulo ofertas de quadros temos ainda a referir um óleo representando um trecho do Rio Sousa, em Paredes — Douro, oferta do Presidente da Câmara de Paredes, aquando da visita a Lisboa do rancho folclórico da mesma vila. Tudo foi oportunamente agradecido. No fim do ano o nosso Boletim atingiu o número 100, ao terminar o seu XXV ano de publicação. Entre as actividades culturais do ano que ora acaba, devemos referir em destaque a exposição sobre Afonso Lopes Vieira, organizada pelo nosso director Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos que deu origem à publicação, a suas expensas, de um magnífico catálogo e à realização de duas óptimas conferências sobre o assunto, tudo tendo trazido à sede e ao Grupo larga concorrência e notório prestígio.

Ao passarmos em revista a nossa actividade cultural, encontramos a merecer referência especial a colaboração artística, obsequiosa de dois consócios, os pintores Dr. José Antunes Videira e J. Figueiredo Sobral, o primeiro tendo ilustrado as capas de todos os boletins de 1962 e o segundo fornecendo inúmeras vinhetas para os mesmos. Além das conferências acima referidas, há que anotar a do nosso consócio Sr. Dr. António Luís Gomes, na sessão comemorativa do XXV aniversário do Grupo, em que o mesmo senhor produziu um notável trabalho que intitulou *Hino a Lisboa* (traços da vida de Sua Majestade El-Rei D. Pedro V como lisboeta). As nossas visitas deram azo a manifestações de alto apreço para o grupo, sendo de destacar as amabilidades da Presidência da Ex.^{ma} Câmara Municipal

de Lisboa aquando na nossa visita ao Palácio Municipal, a distinção que merecemos ao magnífico Reitor de então, da Universidade Clássica, o Professor Doutor Marcelo Caetano, que acompanhado do Secretário da Universidade, Dr. A. Alvim, pessoalmente nos recebeu. Duas vezes tivemos a honra de receber na nossa sede representantes da Ex.^{ma} Câmara, o seu ilustre Presidente na visita à Exposição de Luís Trindade e o seu ilustre Vice-Presidente na Exposição Afonso Lopes Vieira, a que também compareceram o Presidente da Câmara de Leiria e o Director da respectiva Biblioteca Municipal. Também a exposição de fotografias lisiponenses e de um pequeno roteiro fotográfico de Santo António na toponímia da cidade mereceu, no dia do seu encerramento, a presença do nosso consócio Sr. Aníbal David, ora Vice-Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa. Uma outra exposição que trouxe à sede grande número de visitantes foi a de colchas antigas (seda, Castelo Branco, Almalaguez e chita), da colecção do nosso Secretário-Geral, certame a que a Imprensa se referiu largamente.

Dois artistas vieram à nossa sede ilustrar algumas realizações, o actor Raul de Carvalho, na conferência do Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos sobre o Poeta Afonso Lopes Vieira e a declamadora Anita Patrício na conferência do mesmo senhor sobre Marcos Portugal e Joaquim Casimiro.

A figura do comandante Silva Nunes foi evocada numa conferência do nosso consócio Sr. Coronel José Ribeiro da Costa Júnior, integrada na Semana do Ultramar, que deu ensejo para a comparencia, na nossa sede, do Sr. Almirante Marques Esparteiro, em representação da Sociedade de Geografia de Lisboa e do nosso consócio Sr. Eng. Abreu Nunes, parente do evocado. Ainda as nossas visitas deram origem a notáveis manifestações de apreço de pessoas relevantes e autoridades locais; assim, em Évora fomos recebidos pelo vereador Francisco Caeiro, presidente da Comissão Municipal de Turismo e pelo Dr. Carvalho Moniz, da Junta Geral de Distrito; e no Aeroporto e na Torre de Belém, fomos recebidos, respectivamente, pelos representantes e engenheiros da Direcção dos Serviços de Obras da Aeronáutica Civil e pelo Director-Geral e funcionários superiores da Administração do Porto de Lisboa, e ainda nas Caldas da Rainha, tivemos o Director do Museu José Malhoa que propositadamente ali

se deslocou para nos receber e em Óbidos fomos ciceronados pelo respectivo Presidente do Município e pelos Directores do Grupo «Amigos de Óbidos». Na visita à Gruta das Salemas, a Direcção-Geral dos Serviços Geológicos fez-se representar pelo Sr. Eng. Veiga Ferreira e o Secretário Nacional da Informação pôs à nossa disposição o seu salão de cinema para uma evocação lisboeta.

Quer dizer e isso é que é preciso acentuar, as autoridades e as instâncias oficiais, compreendendo os fins culturais do Grupo, prestam-lhe sempre e com acentuada solicitude, todo o auxílio e honrosas homenagens.

O Grupo tomou parte num concurso fotográfico organizado pelo nosso consócio Sr. Padre Correia da Cunha, no Patronato Nun'Álvares da freguesia de S. Vicente de Fora, onde é pároco, concurso para que o Grupo ofereceu um prémio.

A Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário» solicitou que se realizasse na nossa sede uma sessão solene comemorativa do 50.º aniversário do lançamento da primeira pedra da sua sede social. Gostosamente aceite essa sugestão, ela deu origem à visita à nossa sede de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida e a que o nosso Secretário-Geral tivesse proferido uma conferência sobre o assunto.

A essa sessão assistiram representantes das famílias dos Srs. Dr. Manuel de Arriaga, Conselheiro João Franco e Almirante Ferreira do Amaral, aquele antigo Presidente da República e estes antigos Presidentes do Conselho de Ministros.

Foi assim operosa e movimentada a actividade do ano findo, que culminou com um jantar de confraternização no Restaurante Folclore em que Lisboa foi evocada e consagrada, mercê da gentileza do seu Director Sr. Leonel Coelho, nosso consócio, como já o tinha sido num dos jantares habituais do Cenáculo «Tábua Rasa», como no OLISIPO se referiu e em que o Grupo esteve presente como convidado de honra.

Na sede foram prestados numerosos informes e respondidas várias consultas sobre temas olisiponenses.

Eis o que mais importante aconteceu no ano findo.

As contas que se apresentam à consideração dos nossos consócios revelam um saldo negativo de Esc. 6425\$18, coberto pelo saldo dis-

ponível, do Fundo Variável, como o ano passado, embora o deste ano seja muito menor.

Esse facto fez com que a Junta Directiva sugerisse e solicitasse o aumento da quota social, que teve da parte da grande maioria dos nossos consócios a sua completa aquiescência, quota que passou assim para o mínimo de Esc. 10\$00 mensais.

Durante o ano a senhoria solicitou aumento da renda da sede, a que opusemos contestação, de que a mesma recorreu, tendo nós oposto nova contestação. Tudo foi dirigido e orientado, obsequiosamente, pelo ilustre Advogado que é o Vice-Presidente da Junta Directiva, Sr. Dr. Álvaro do Amaral Barata.

A elaboração da parte contabilística continuou obsequiosamente a ser orientada e dirigida pelo ilustre Secretário da Comissão de Contas, o nosso consócio Sr. Higinio Nunes da Silva, devendo ser de relevar e muito agradecer pela Assembleia Geral este notabilíssimo serviço, como a Junta Directiva já oportunamente o fez.

Na falta de guarda-livros, continuou este ano a fazer a respectiva escrita a nossa empregada da secretaria.

O Balanço e a Conta de Resultados do exercício seguem juntos:

B A L A N Ç O

Contas	Activo	Passivo
Biblioteca	9.631\$32	
Fundo Variável		27.921\$87
Consignatários da Feira do Livro... ..		128\$00
Consignações de c/ Própria		6.908\$00
Emblemas	78\$00	
Edições	4.632\$32	
Valores à Cobrança	70\$00	
Consignações de c/ Alheia	65.512\$97	
Devedores e Credores c/ Consignação	6.900\$00	63.571\$95
Devedores e Credores	1.418\$95	32.633\$72
Caixa	298\$80	
Olisipo	13.570\$50	
Móveis e Utensílios	22.625\$50	
Resultados do Exercício	6.425\$18	
	131 163\$54	131.163\$54

Conta de Resultados do Exercício de 1962

Contas	Débito	Crédito
Receitas Diversas		245\$70
Jóias... .. .		3.180\$00
Quotas		115.500\$00
Realizações Culturais... .. .		254\$95
Emblemas		90\$00
Edições		1.427\$61
Consignações de c/ Alheia		8.892\$41
Contribuições	659\$70	
Cartões de Identidade		175\$00
Olisipo	14.346\$60	
Gastos Gerais	121.184\$55	
Resultado do Exercício		6.425\$18
	136.190\$85	136.190\$85

É de salientar que a verba Realizações Culturais refere um saldo positivo de Esc. 254\$95, o que quer dizer que os respectivos orçamentos foram sempre feitos de forma a acautelar os interesses do Grupo, porquanto há realizações (conferências, exposições, colóquios) que não comportam qualquer possibilidade de superarem os seus naturais dispêndios e que foram algumas realizações externas que permitiram, com os seus saldos, pagar os dispêndios delas (pessoal, impressos, além dos naturais transportes e gratificações) e os das outras.

A digna Comissão de Contas prestou-nos sempre solícita assistência e a Secção de Estudos e Defesa do Património Olisiponense e a de Estudos de Estética e Urbanização reuniram-se a propósito da remodelação da Baixa e produziram pareceres que muito orientaram a Junta Directiva na sua actuação. São credoras dos nossos melhores agradecimentos.

O pessoal cumpriu, como habitualmente, os deveres dos seus cargos.

Resumindo propomos a V. Ex.^{as} os seguintes votos:

a) de sentimento pelos sócios falecidos;

- b) de agradecimento aos nossos colaboradores, directores de visitas de estudo, etc.;
- c) de agradecimento à Imprensa e Emissores de Radiodifusão pela sua solícita, sempre oportuna e prestimosa colaboração.

Lisboa, 31 de Janeiro de 1963.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor Fernando Freitas Simões

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Álvaro do Amaral Barata

O SECRETÁRIO-GERAL E RELATOR

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Fernando Dias Pereira

O DIRECTOR TESOUREIRO

Hugo Raposo

OS VOGAIS

Dr. Alberto Gomes

Alfredo Ferreira do Nascimento

Coronel Aníbal Afra Nozes

Eng. Júlio Eduardo dos Santos

PARECER
da
COMISSÃO DE CONTAS
relativo ao exercício de 1962

Ex.^{mos} Consócios:

De conformidade com os Estatutos, vimos dar conta a V. Ex.^{as} da missão que nos foi entregue, sendo-nos grato declarar da clareza e da exactidão verificadas nas contas do Grupo, que verificámos com pontualidade.

Da acção levada a cabo e dos resultados obtidos no ano findo, dá-vos a Junta Directiva os precisos esclarecimentos, sendo de louvar, em especial, a resolução tomada pelo mesmo corpo social, quanto ao convite dirigido aos senhores associados, no sentido de obter a elevação das suas quotizações, a forma mais directa de conseguir um aumento de receitas ordinárias, tão necessário ao equilíbrio financeiro.

Se, por parte dos novos, o interesse pelas causas de ordem cultural é cada vez mais precário, como no-lo demonstram, no nosso caso, os números referentes ao movimento social — que mostram em 31 de Dezembro de 1962 uma existência inferior à de igual data, no ano anterior —, que, ao menos, os da velha guarda não deixem morrer, em suas mãos, as instituições de ideal nobre, como a nossa.

Concluindo, temos a honra de propor que aproveis:

- a) o Relatório e as Contas do ano findo;
- b) um voto de louvor à Junta Directiva, pela forma criteriosa, muito zelo e abnegação como dirigiu os destinos do nosso Grupo;
- c) a transferência do «Fundo Variável» para «Resultados do Exercício», da quantia de Esc. 6425\$18, saldo negativo que esta conta apresenta.

Lisboa, 4 de Janeiro de 1963.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Mário da Conceição Costa

O SECRETÁRIO

Higino Nunes da Silva

O RELATOR

José Francisco de Oliveira

Felicitações e Ofertas

Do sócio n.º 133, Sr. Júlio da Costa Pinto:

Uma apólice de VINTE MIL REIS datada de 1799.

Do sócio n.º 3188, Sr. Marcial Pereira Mendes:

18 postais olisiponenses.

Do nosso consócio Sr. Doutor Gilberto Monteiro

O alvará de 11 de Fevereiro de 1845, assinado por S. M. a Rainha e pelo seu Ministro António Bernardo da Costa Cabral, aprovando os estatutos da Sociedade d'Auxílios Mutuos, curioso documento a que se refere o artigo do ofertante que neste número se publica.

Agradece-se.

CORPOS GERENTES

Na Assembleia-Geral de 30 de Janeiro de 1963 foi eleito para o cargo de

Junta Directiva — Substitutos

Vice-Presidente

D. Julieta Ferrão — Sócio n.º 562

O C I D E N T E

Quase coevo do OLISIPO a revista *Ocidente*, fundada em 1938 pelo publicista Augusto Pinto, completa agora 25 anos de existência. Com larga e operosa contribuição para as letras pátrias *Ocidente* tem editado numerosas publicações e separatas, todas de índole patriótica e de notável nível literário e gráfico.

Relembrando o seu fundador, OLISIPO saúda os actuais directores de *Ocidente* e deseja longa vida a tão útil publicação.

ACTIVIDADE CULTURAL

do Trimestre passado
(Primeiro de 1963)

No mês de Janeiro do ano corrente, além da Assembleia-Geral Ordinária, que aprovou os Relatórios e Contas da Junta Directiva e da Comissão de Contas, que neste número se publicam, e elegeu o sócio n.º 562 Sr.ª D. Julieta Ferrão para o cargo vago de Vice-Presidente substituto da Junta Directiva, realizou-se no sábado 26, na sede, a inauguração duma exposição de Postais Olisiponenses da colecção do nosso consócio n.º 3188, Sr. Marcial Pereira Mendes. A exposição, que esteve aberta até ao fim de Janeiro, foi filmada para documentário e na sua inauguração usou da palavra o expositor.

A 27, cerca de 250 pessoas deslocaram-se à Basílica dos Mártires numa visita cultural dirigida pelo signatário, que, na sala do Trono, reeditou considerações feitas nas visitas anteriores e referiu dados históricos sobre o edifício e seu recheio. Foram visitadas as várias dependências, as instalações da Irmandade de Santa Cecília, e a relíquia de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, natural e baptizado na freguesia, exposta no Baptistério.

A 31 realizou-se o 42.º «Colóquio Olisiponense», tendo usado da palavra o consócio Sr. Coronel José Ribeiro da Costa Júnior, que aludiu à vinda a Lisboa do Rancho Folclórico de Paredes, referindo a propósito que lá teve o Conde D. Henrique o seu primeiro solar.

Em Fevereiro, a 2 e a 10, foi visitado o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o seu novo pavilhão mandado construir pela Fundação Gulbenkian. Foram os visitantes recebidos pelo Sr. Avelar Soeiro, que, em nome do Director Sr. Eng. Manuel Rocha, cumprimentou os visitantes e com eles percorreu todas as instalações, após, em cada uma das visitas, ter, no anfiteatro, feito uma palestra sobre as instalações e a operosidade do Laboratório. Dessa visita se publica uma fotografia.



A 14, realizou-se na sede a 43.^a sessão de «Colóquios Orlisiponenses» em que usaram da palavra os consócios Srs. Nuno Catarino Cardoso, que dissertou sobre a vida e obra de Luís de Camões, e Alfredo Ferreira do Nascimento que, após ter falado sobre a cor de Alfama, exibiu em projecção, uma série de diapositivos a cores sobre o mesmo local, de sua autoria.

Em 3 de Março, cerca de 300 sócios e pessoas de suas famílias deslocaram-se ao Palácio da Pimenta, no Campo Grande, recentemente adquirido pela Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, para nele instalar o Museu da Cidade. Foram os visitantes recebidos pelo Chefe da Repartição de Bibliotecas e Museus da Câmara Municipal de Lisboa,

o nosso consócio Sr. Dr. Joaquim da Silva Pinto, que cumprimentou os visitantes em nome do Sr. Presidente da Câmara e que fez uma resumida resenha da história do palácio. Agradeceu, em nome do Grupo, o signatário, que estava acompanhado pelos directores Srs. Coronel Afra Nozes, Eng. Júlio Eduardo dos Santos, Hugo Raposo, Dias Pereira, Ferreira do Nascimento, D. Julieta Ferrão e Mário Costa. Os visitantes percorreram as várias salas com lindos azulejos e os jardins anexos ao palácio.

A 10, cinco autocarros e vários automóveis levaram ao Palácio Nacional de Queluz, cerca de 200 pessoas, que, acompanhadas pelo signatário e outros directores do Grupo, ouviram uma interessante palestra sobre a história do palácio feita pelo seu conservador, o Pintor de Arte Sr. Boaventura Porfírio, finda a qual os visitantes percorreram o palácio e os jardins.

Quinta-feira 14, realizou-se a 44.^a sessão de «Colóquios Olisiponenses», tendo o signatário dissertado sobre *Lisboa e lisboetas em livros velhos de autores antigos* e apresentado exemplares editados em Lisboa nos anos de 1721 e 1755, e lido algumas passagens dos mesmos, entre os quais a *Gaticânea*, poema heróico, tendo por local a Vila de Mafra e incluindo uma gravura representando a Basílica de Santo António da mesma vila.

Na mesma sessão o Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, também nosso Director, referiu-se a vários artistas lisboetas, seus contemporâneos, designadamente a Mário de Sá Carneiro, cuja obra apreciou em síntese, apresentando exemplares do publicado por esse autor e pertencentes à sua Biblioteca.

Finalmente, em 24 de Março, cerca de duzentas pessoas deslocaram-se ao Museu Agrícola do Ultramar instalado no palácio que foi dos Condes da Calheta. Os visitantes admiraram não só os silhares de azulejos do século XVII como os objectos expostos (arte indígena, alfaias agrícolas e de indústria caseira e produtos agrícolas e florestais), das nossas Províncias Ultramarinas.

E. N.



Feira da Ladra

A bem de Lisboa

No mensário escotista *Sempre Pronto* vem o nosso consócio Sr. Luís Simões Aurélio publicando na secção «Pequena crónica de Lisboa» uns interessantes artigos sobre monumentos da capital.

Bem haja o nosso consócio por esta divulgação cultural tão da índole dos nossos propósitos.

E. N.

Uma curiosidade antoniana

Caíu sob os nossos olhos, por intermédio de mãos amigas, um amarelecido papel no qual, há-de haver mais de um século, alguém escreveu a *Oração a Santo António* que transcrevemos, actualizando a ortografia: «*Meu glorioso Santo António, eu vos peço pelo Menino Jesus que tendes em vossos braços, pelo hábito que tomaste, pelas sapatinhas que calçaste, pelas horas que não-de dar, pela instituição do Santíssimo Sacramento, por alma de vosso Pai, por alma de vossa Tia Francisca e Madrinha*» (a seguir pede-se a graça que se deseja obter).

São sem conto as orações que correm mundo dirigidas ao venerado Padre Santo António, e variadíssimas as invocações que a fértil inventiva popular nelas introduz, mas esta da Tia Francisca..., a quem teria lembrado?

Representará aquela expressão a forma como o autor, na sua imagina-

tiva, pretendeu aludir à Ordem Franciscana a que Santo António pertencia e em cujo hábito morreu?

F. D. P.

O romântico postal de 1900

Quando em 1891 foram lançados os primeiros postais ilustrados não se poderia prever o seu êxito extraordinário.

O espírito romântico e engenhoso da época adoptou o postal, recorreu a todos os meios técnicos para lhe dar qualidade, procurou todas as subtilezas para o tornar atraente e integrou o postal ilustrado na vida quotidiana.

Houve, então, postais para todos os momentos e para todos os gostos!...

O postal ilustrado dos primeiros anos do século XX caracteriza e evoca hoje, duma maneira poderosa, esse mundo já tão distante nas suas perspectivas e psicologia.

A época de ouro do postal ilustrado situa-se logo após a sua invenção e durou até pouco depois da primeira grande guerra.

É fácil compreender o seu êxito. O postal não obedecia aos formalismos duma carta, escrevia-se de improviso, com todo o encanto da naturalidade e da concisão. Além disso, a ilustração do postal escolhido completava a intenção do remetente, estimulando a imaginação de quem o recebia.

A geração do após-guerra com mais preocupações e desfrutando já o progresso das comunicações, como o telefone, abandonou muito o postal.

A ilustração do postal dividiu-se em vários temas, alguns bem definidos:

Paisagísticos — A maior parte. O postal de paisagem incluindo vistas de edifícios e monumentos foi um veículo decisivo para a compreensão exacta do tamanho e aspecto do mundo, e é hoje para nós o testemunho da espantosa evolução das coisas neste meio século.

Sentimentais — Atitudes românticas, paisagens sonhadoras, belas mulheres de olhos em alvo. Muito curiosas as legendas que frequentemente acompanham estes postais.

Artísticos — Reproduções de obras de arte de todo o mundo. Uma contribuição admirável para a cultura geral.

Comemorativos — Assinalando na cartolina frágil os acontecimentos notáveis!

Publicitários — A publicidade, sempre atenta às tendências da sociedade, apressou-se a distribuir a sua propaganda através do postal. A ilustração é muitas vezes verdadeiramente original e atraente. É muito curiosa esta categoria de postais.

Humorísticos — Não escapou à veia crítica, à efusiva alegria da bela época, a caricatura dos pitorescos daquele tempo.

As artes e principalmente o Teatro aparecem abundantemente comentados.

O universo maravilhoso das crianças e dos animais seus amigos serviu desde logo para ilustrar muitos postais graciosos.

Os votos de parabéns ou de boas-festas tiveram um particular relevo no postal ilustrado. Sentimentais e elegantes.

Finalmente, a fértil imaginação dos artistas ao serviço do público, criava as mais inesperadas formas de postal, alguns até de complexa mecânica.

Depois de tudo isto, resta dizer que em todos os lares existia um álbum onde ao serão a menina da casa delicadamente arrumava os postais enviados por amigos e familiares. Havia colecionadores que mantinham activo intercâmbio com todo o mundo, tinham marcas próprias, estampilhavam na face do postal para assim o valorizar mais nos álbuns e obtinham colecções de dezenas de milhar.

Enfim, hoje sabe bem, mesmo como breve interlúdio no tempo apressado e materialista, olhar para estas coisas ingénuas mas pacíficas e carinhosas.

MARCIAL PEREIRA MENDES

Salão de Antiguidades

Mais vale tarde do que nunca. Lisboa viu pela primeira vez uma feira de Antiguidades, realizada no Pavilhão das Indústrias, à Junqueira, em Março passado. O OLISIPO não podia deixar de assinalar esse acontecimento de tão alto nível, que interessou vivamente os sectores mais esclarecidos da cidade. Durante os dias que durou esse mercado-exposição, as atenções do público voltaram-se para lá. Ninguém poderá dizer que a população ficou indiferente. Todas as noites o vasto salão se encheu.

Concorreram os profissionais da especialidade em grande número que, pode dizer-se «não deixaram os seus créditos por mãos alheias». Alguns particulares apresentaram as suas colecções privadas, havendo assim um louvável ensejo de examinar peças desconhecidas. Uns e outros porfiaram em fazer bem e, apesar de se tratar de um cometimento inédito entre nós, quer no aspecto geral, quer no pormenor, só tem que render-se encómios a quem participou nessa manifestação de arte e de gosto.

Podiam ali admirar-se móveis, quadros e gravuras, tapeçarias, cerâmica, cristais, jóias, ourivesaria e outras expressões artísticas, seleccionadas dentro dum critério rigoroso e subordinação à real antiguidade, dispostas com sabedoria.

Em Inglaterra, país das antigualhas, por excelência, realizam-se algumas feiras anuais, como a de Londres em Grosvenor House, a de Kensington, a de Chelsea e a de Harrogate, capital dos antiquários britânicos. A Holanda tem a sua feira habitual em Delft. Entre nós fez-se agora esta tentativa que, quanto ao interesse do público, se pode considerar indiscutivelmente de um verdadeiro êxito.

Lisboa, cidade progressiva, em grande expansão na área urbana e na conquista

de expressões graciosas só ganhou no seu prestígio social com a realização da Feira de Antiguidades e oxalá que os seus animadores possam fazer dela um número a inscrever anualmente nos programas da vida citadina, com o que, para além da função comercial, se pratica em acto de de cultura e de propaganda das artes e do bom gosto que facilmente passará para além das nossas fronteiras, chamando certamente aqui mais visitantes estrangeiros.

Acrescente-se de passagem que deram o seu concurso, e bastante destacado, a esse empreendimento numerosos Amigos de Lisboa.

H. R.



for souvenirs

Vista Alegre
Porcelanas

LARGO DO CHIADO, 18 • LISBOA

Sócios entrados desde o princípio de 1963

- 3 432 — Estêvão Soares — *Pintor d'arte*
3 433 — Gil Bella — *Agente comercial*
3 434 — Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário»
3 435 — Mrs. Joan Beloe — *Secretária da Embaixada Inglesa*
3 436 — Manuel Marques Senna — *Gerente comercial*
3 437 — Roderico das Neves Simplicio — *Proprietário*
3 438 — António da Silva Leal — *Empregado de escritório*
3 439 — João Ferreira de Oliveira e Carmo — *Funcionário Público*
3 440 — Armando Augusto dos Reis Valle — *Médico*
3 441 — Manuel de Macedo Ferreira da Costa — *Empregado do comércio*
3 442 — Branca Alvaro Martinho
3 443 — Carlos Pereira Calixto — *Funcionário da TAP*
3 444 — Armindo Dominguez Pedro — *Empregado bancário*
3 445 — Pedro da Silva Simões — *Empregado de escritório*
3 446 — Manuel de Castilho Corrêa Pereira — *Advogado*
3 447 — António Júlio Vinagre Soares Graça — *Estudante*
3 448 — Maria Helena Sampayo do Espírito Santo — *Estudante*
3 449 — Alexandre António Cadete da Silva — *Estudante*
3 450 — Raul Xavier — *Escultor e Professor.*



(Aberto das 19 às 3,30 horas)

TODAS AS NOITES

42, Rua da Barroca, 56 -- Telef. 36 93 87-32 19 23
BAIRRO ALTO - LISBOA

Apresentação dos melhores Artistas do

FADO
VARIEDADES e
FOLCLORE NACIONAL

Excelentes serviços de
COZINHA E BAR

Banquetes, Jantares e Ceias
Modernas instalações - Ar condicionado

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 · Lisboa · Telef. 32 07 44

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●
Rua Augusta, 161 - Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo 70 · Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23 LISBOA - 2

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7

Telef. 321368 - 321227 - 30054 — LISBOA

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas:

450 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES
MARÍTIMOS
E AÉREOS

AGÊNCIA DE TURISMO

CARVÃO, SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
FOLHA DE FLANDRES
E AÇÓS
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

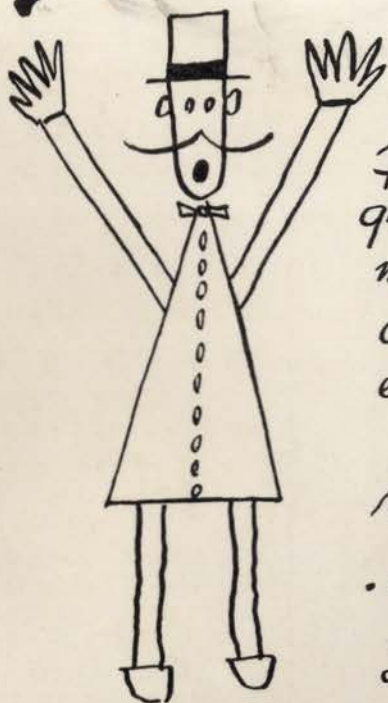
COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58 • Telef. 32 86 63 • LISBOA



posso garantir
que os anúncios
nos bilhetes dos
carros eléctricos
e dos autocarros
são bons
... e baratos.
*
Peça informações



CARRIS-PUBLICIDADE

CALÇADA DA BICA PEQUENA, 4 - LISBOA 2 - TEL. 35035

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL